



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO

KENTE FRAGELUS–MATRÍCULA 201815570028

**CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE MARITUBA- PARÁ**

Belém- PA
Março/2020

KENTE FRAGELUS

**CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE MARITUBA- PARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IHCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Organização e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Belém - PA
Março/2020

KENTE FRAGELUS

**CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE MARITUBA- PARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IHCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (Orientador – PP GEO/UFPA)

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Examinador Interno- PP GEO/UFPA)

Profª. Dra. Arlete Silva de Almeida (Examinador Interno- PP GEO/UFPA)

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Suplente- PP GEO/UFPA)

Prof. Dr. João Márcio Palheta (Suplente- PP GEO/UFPA)

Belém – PA
Março/2020

Dedico este trabalho às famílias **Fragelus** e **Elmonice** que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos e todas pessoas que me apoiam nesta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Pará - UFPA, em especial os professores e os servidores do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, que tanto contribuíram para elaboração desta dissertação.

À Organização dos Estados Americanos - OEA e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa que me permite concluir com sucesso o curso de mestrado em geografia.

Ao Professor Doutor Ricardo Ângelo Pereira de Lima, orientador desta dissertação, pelos conhecimentos, orientações e sugestões repassados durante o desenvolvimento desta dissertação.

À Professora Doutora Arlete Silva de Almeida pelas valiosas contribuições.

Aos meus pais, Annitese Elmonice e Felito Fragelus; meu irmão, Jean Wilnick Fragelus, minha irmã, Ginith Fragelus e minha querida prima, Jacqueline Fragelus pelos suportes incondicionais.

Aos servidores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER sede Marituba que ao longo desta caminhada desempenha papel importante.

Aos amigos haitianos : Marie Esther Charles, Rhodin Clarentz Joseph, André Yves Pierre, Mackendy Souverain, Ermano Prévoir e Roodlyn Calixte.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram na construção desta dissertação de mestrado, meu muito obrigado.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste analisar a contribuição da agricultura urbana e periurbana no desenvolvimento local do município de Marituba-PA. Assim, a metodologia apresentou um caráter quali-quantitativo baseada em visitas das parcelas agrícolas (observação direta), reuniões com agricultores e entrevistas semiestruturadas. Em seguida, usamos GPS map 62s e drone phantom 4 para localização das áreas agrícolas e fotografia aérea. Em síntese, os resultados de nossa discussão teórica sobre os conceitos Território, Territorialidade e Poder permite nos concluir que eles são relacionando todos à geografia e respeitem a espacialidade humana e presentes também nas outras áreas de conhecimentos, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Igualmente, afirmou que os dois circuitos da economia urbana: o circuito inferior como o circuito superior não se articulam da mesma forma porque eles estão em oposição e suas características são diferentes. Os dois circuitos se completam enquanto permanecem diferentes um do outro. Certamente, os resultados obtidos demonstram que a agricultura urbana e periurbana contribui significativamente na segurança alimentar e a geração de renda bem como no desenvolvimento local do bairro Uriboça. Além disso, os agricultores são, na sua maioria, pessoas com baixa nível de escolaridade e agricultura é sua principal atividade. Assim sendo, os tomadores de decisões deveriam desenvolver políticas públicas que incentivarão essa atividade a gerar mais lucros para o bem-estar dos moradores de Marituba.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana. Desenvolvimento local. Marituba – PA.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyse the contribution of the urban and peri-urban agriculture in the local development of the municipality of Marituba-PA. Thus, the methodology presented a qualitative and quantitative character based on visits to agricultural parcels (direct observation), meetings with farmers and semi-structured interviews. Then, we used GPS map 62s and drone phantom 4 for location of agricultural areas and aerial photography. In summary, the results of our theoretical discussion on the concepts of Territory, Territoriality and Power allows us to conclude that there are all related to geography and respect human spatiality and also present in other areas of knowledge, each with a focus on a certain perspective. Likewise, he started the two circuits of the urban economy: the inferior circuit as the superior circuit do not articulate in the same way because there are different. The two circuits complete each other while remaining different from each other. Certainly, the results obtained demonstrate that urban and peri-urban agriculture contribute significantly to food security and income generation, as well as the local development of the Uriboca neighborhood. In addition, farmers are mostly people with low education and agriculture and their main activity. Therefore, decision-makers should develop public policies that will encourage this activity to generate more profits for the weel-being of Marituba residents.

Key words: Urban agriculture and peri urban. Local development. Marituba-Pará.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Municípios da Região Metropolitana de Belém - RMB	3
Tabela 2- População e número de domicílios de Uriboca.....	19
Tabela 3 – Benefícios sociopolíticos da AUP	40
Tabela 4 – Benefícios socioeconômicos da AUP em Uriboca.....	41
Tabela 5 – Benefícios socioambientais da agricultura urbana e periurbana	42
Tabela 6 – Compreensão dos agricultores sobre o ambiente urbano	46
Tabela 7 – Caracterização dos agricultores.....	49
Tabela 8 – Distribuição das atividades dos agricultores	51
Tabela 9 – Preço do maço dos produtos.....	57
Tabela 10 – Preço dos produtos vendidos à Prefeitura	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relações interdependentes da territorialidade.....	28
Quadro 2 – Elementos fundamentais do sistema local territorial.....	30
Quadro 3 – Natureza do poder	31
Quadro 4 – Características de dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos .	34
Quadro 5 – Benefícios da agricultura urbana.....	48
Quadro 7 – Descrição dos produtos da horta	53
Quadro 8 – Descrição das plantas ornamentais e medicinais.....	53
Quadro 9 – Estratégias de comercialização.....	56
Quadro 10 – Organizações governamentais e empresas apostadas na promoção da agricultura urbana em Belém do Pará.....	62
Quadro 11 – Dificuldades enfrentadas:	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Região Metropolitana de Belém-RMB	5
Figura 2- Apresentação do município de Marituba	20
Figura 3 – Casinha de adubo orgânico	45
Figura 4 – Mapeamento das atividades agrícolas.....	52
Figura 5 – Fotografia do canteiro de alface (Lactuca Sativa)	55
Figura 6 – Produtos destinados a venda	59

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 INTRODUÇÃO:	1
SEÇÃO 2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 História da agricultura urbana.....	9
2.2 Definição de agricultura urbana e periurbana (AUP).	10
SEÇÃO 3 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	19
3.1 Apresentação do município de Marituba	19
3.2 Origem e história de Marituba	21
PRIMEIRO CAPÍTULO	23
4 Território, Territorialidade e Poder: Explicar os circuitos espaciais da economia urbana	23
4.1 Território, Territorialidade.....	23
4.2 Poder	30
4.3 Circuitos espaciais da economia urbana:	33
SEGUNDO CAPÍTULO	39
5. Papel das forças sócio espaciais da agricultura urbana e seus efeitos sobre o ambiente urbano	39
5.1 Papéis socio espaciais da agricultura urbana	39
5.1.1 Dimensão sociopolítica	39
5.1.2 Dimensão socio econômica:.....	40
5.1.3 Dimensão socioambiental	42
5.2. Agricultura e ambiente urbano	46
TERCEIRO CAPÍTULO	49
6. Relações socio espaciais da produção da agricultura urbana:	49
6.1 Caracterização dos agricultores	49
6.2 Estratégias de produção dos agricultores.....	50
6.2.1 Distribuição geográfica das atividades agrícolas	51
6.3 Descrição das parcelas agrícolas ou processos de produção	54
6.4 Estratégias de comercialização:	56
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	64
REFERÊNCIAS	67

SEÇÃO 1 INTRODUÇÃO:

Neste primeiro quartel do século XXI, vários estudos mostram que a humanidade está enfrentando um problema demográfico alarmante. Esse problema gera uma população urbana cada vez maior para alimentar. Segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO), 60% da humanidade reside em áreas urbanas, em 2014, e as previsões para 2050 são que 80% seriam moradores de cidades - (FAO, 2015). Esse crescimento populacional esperado levaria a uma necessidade de aumentar a produção de alimentos em todo o mundo e gerenciar os resíduos e efluentes que serão multiplicados mais nas cidades (SMITH, MOUGEOT, MOUSTIER, FALL, 2004).

Sendo assim, o desenvolvimento da agricultura urbana é, portanto, considerada uma das chaves para a sobrevivência alimentar da humanidade porque ela constitui-se um fenômeno socioeconômico e espacial crescente nas cidades dos países industrializados centrais, bem como nos países periféricos. Para os países industrializados, constitui-se um sistema de produção importante e competitivo; já para os países periféricos, releva-se como estratégia de sobrevivência dos mais pobres, na medida em que fornece alimento e emprego a uma parcela significativa da população (MADALENO, 2020). Assim, a agricultura urbana contribui para a produção agrícola no meio urbano à destinação de alimentos aos moradores. Segundo a RUAF (2010), a agricultura urbana aumenta a segurança alimentar e as resiliências das famílias na cidade, porque os produtores urbanos são mais resistentes a aumentos de preços de alimentos (RUAF, 2010).

Em diversos países desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, têm ocorrido experiências exitosas que promovem a integração da prática da agricultura urbana ao ecossistema urbano, por meio do planejamento e da gestão urbana, que possibilitaram benefícios mútuos, tanto para as cidades, quanto para os cidadãos. Entre os principais estudiosos dessa prática, é consenso a multifuncionalidade dessa agricultura prover alimento de qualidade à população, preservar os recursos naturais e incrementar a renda dos grupos mais vulneráveis etc., havendo integração ao ecossistema urbano, sendo praticada tanto em áreas intra-urbanas como em áreas periurbanas (MOUGEOT, 2000; SMIT; NASR; RATTI, 2001; MACHADO; MACHADO, 2002). Nessa perspectiva, a AU tem benefícios para ser uma ferramenta útil no desenvolvimento local das cidades ao mesmo tempo que contribui na segurança alimentar e geração de trabalho ocasionando melhora na vida dos cidadãos.

Com o crescimento da população urbana, a AUP está cada vez mais se tornando uma ferramenta importante que pode responder ao desafio alimentar das cidades. No Brasil, em algumas cidades, como Belo Horizonte, a AUP começa a dar resultados satisfatórios e ajuda a melhorar a dieta dos cidadãos (ALMEIDA, 2004). Há evidência de que os agricultores trocam o campo pelo desemprego e pela violência do Brasil urbano (VEIGA, 2001). Apesar do crescimento populacional, a AUP pode ajudar na criação de emprego e na melhoria da qualidade de vida e isso permite aos agricultores viver totalmente de suas atividades.

Em Marituba, município do Estado do Pará, a população continua aumentando nas últimas décadas e a AUP pode ter um papel importante no desenvolvimento local deste município, como tem sido o caso de outros municípios do Brasil. A AUP pode contribuir em uma preocupação para o desenvolvimento através do município para mudar a situação socioeconômica dos moradores da cidade e ao mesmo tempo melhorar o ambiente do município que é considerado como um bem comum para todos os habitantes o que habitam. A partir disso, formulamos as questões seguintes: considerando o grau de urbanização do município de Marituba, como é possível o desenvolvimento de uma agricultura naquele espaço? A prática da AUP no município ajuda os agricultores a melhorar a sua situação sócio-econômica? Como as estratégias da agricultura urbana tem proporcionado a melhoria da situação socioeconômica dos agricultores?

As hipóteses desse trabalho são as seguintes: a AUP contribui para o desenvolvimento de Marituba ao mesmo tempo que ajuda na disponibilidade alimentar e na criação de trabalho e renda; a AUP contribui no desenvolvimento das coletividades locais e melhora a sua situação socioeconômica da população que tem acesso a alimentos mais baratos.

A Agricultura Urbana e Periurbana - AUP é uma ferramenta importante para atender as necessidades alimentares crescentes da população urbana em todo o mundo e, especialmente nas grandes cidades e até mesmo em alguns municípios pequenos. No Brasil, esse crescimento populacional é sentido em todas as regiões, tanto nos Estados quanto nos Municípios e de acordo aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população brasileira passa de 2001 a 2017 de 172.3 a 207.660.929 milhões de habitantes (IBGE, 2001; 2017).

No mesmo sentido, o Estado do Pará, o segundo maior Estado brasileiro com uma extensão territorial de 1.247.950,003 km², sua população aumenta e passa de 2010 a 2018 de 7.588.078 para 8.513.497 habitantes (IBGE, 2010; 2018). Então, a necessidade de trazer uma resposta para a insegurança alimentar permanece como uma obrigação. Nesse caso, a AUP tem o

potencial de conseguir impactos na oferta de alimentos, geração de renda, favorecendo a redução da pobreza e o aumento da inclusão produtiva e econômica das famílias urbanas. Ela traz elementos que podem nos ajudar a rever a idéia de que a cidade é o produto das técnicas, exclusivamente constituída de ambientes construídos (COUTINHO, 2010). Nas cidades há, também, áreas verdes, parques e terrenos vagos aos quais são destinados vários usos, inclusive agrícola.

Marituba, município localizado no Estado do Pará da Região Norte do Brasil, não está fora desse crescimento demográfico e passa de 2010 a 2018 de 108.246 a 129.321 habitantes para uma área de 103, 343 km² e representa 2,89% da Região Metropolitana de Belém - RMB (IBGE, 2010; 2018). O aumento populacional deve necessariamente acompanhar o crescimento da produção agrícola para evitar a insegurança alimentar. Nesse caso, a AUP pode responder nessa disponibilidade alimentar e melhorar a condição de vida dos habitantes do município.

O tema dessa pesquisa baseia-se no crescimento da AUP e na avaliação da sua contribuição no desenvolvimento local do município de Marituba e, principalmente, sua contribuição no cotidiano dos moradores do referido município. Este município faz parte da Região Metropolitana de Belém¹(RMB) que inclui sete municípios, apresentados nas tabela 1 e figura 1 abaixo.

Tabela 1- Municípios da Região Metropolitana de Belém - RMB

Nome do município	População estimada (2019)
Ananindeua	530.598
Belém	1.492.745
Benevides	62.737
Castanhal	200.793
Marituba	131.521
Santa Bárbara do Pará	21.079
Santa Izabel do Pará	70.801
RMB	2.510.274

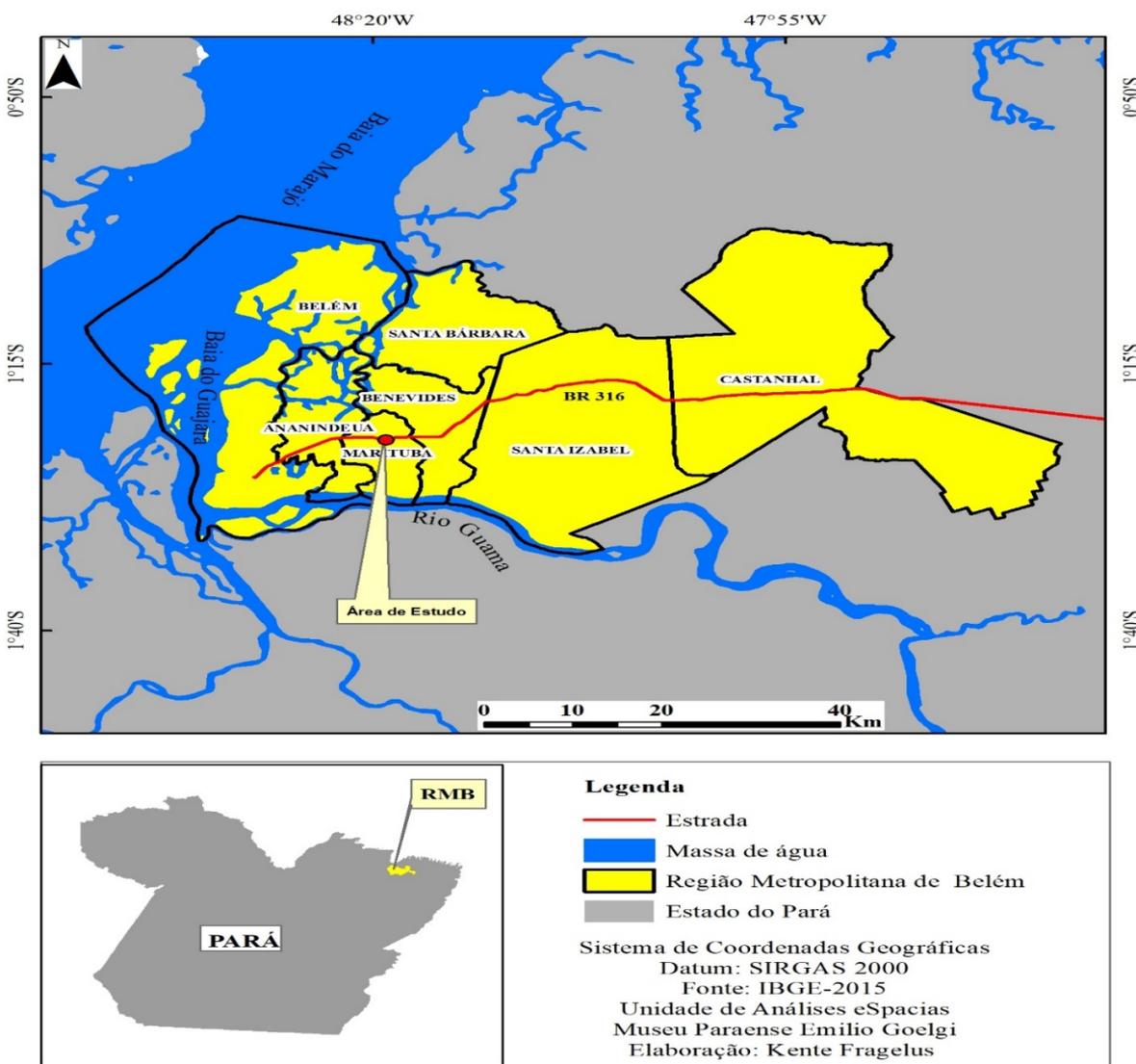
Fonte: IBGE, 2019.

¹ A Região Metropolitana de Belém - RMB foi criado em 1973 para Lei Complementar no 14 de 8 de junho 1973 e é composta de Belém e Ananindeua, está situada na foz do Rio de Pará, sendo ainda cortada por vários rios e igarapés, formando uma grande área de várzea (Moreira, 1989). Em 1995, com a Lei Complementar no 27/ 1995 que ampliou a Região Metropolitana de Belém - RMB passando a integrá-la, também, os municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, os dois últimos desmembrados de Benevides, respectivamente, em 1994 e em 1991 (IPEA, 2015). E as Leis Complementares Estaduais no 072/2010 Santa Izabel do Pará e no 076 /2011 Castanhal.

-Ressalta-se que aquela região tem uma área de 3.565,783 km² e passa de 2014 a 2019 de 2.4 a 2.510.274 milhões de habitantes, segundo a estimativa populacional de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2014; 2019). Marituba, apesar de sua urbanização, possui um grande potencial para a agricultura, logo, praticar agricultura na cidade torna-se mais conveniente à vida dos moradores.

Um estudo sobre a contribuição da AUP no desenvolvimento do município de Marituba é necessário para analisar em que medida essa iniciativa pode realmente ajudar a canalizar uma discussão real sobre o assunto, a fim de reforçar as iniciativas já existentes, que são uma fórmula melhor articulada, a fim de contribuir para o bem-estar da população e, especialmente, para atender as necessidades alimentares dos últimos. A pesquisa foi realizada no município de Marituba especialmente no bairro Uriboça e o foco foi na contribuição da AUP no desenvolvimento local desse município, sua contribuição na vida social e econômica dos moradores da cidade e sua importância ambiental.

Figura 1- Mapa da Região Metropolitana de Belém-RMB



Fonte: Autor, janeiro 2020.

Atualmente a agricultura urbana desempenha um papel importante no desenvolvimento dos países e é uma ferramenta indispensável no planejamento sustentável das cidades em benefício do ser humano. Com o crescimento vertiginoso da população mundial, especialmente o crescimento da população urbana e da previsão de décadas para acontecer, a AUP é, portanto, uma das soluções a serem consideradas para atender as necessidades alimentares do planeta. O Brasil não cessa no crescimento urbano tanto ao nível estadual quanto ao nível municipal. Neste processo, o município de Marituba com o aumento da sua população AUP, pode contribuir muito no seu desenvolvimento local e atender a necessidade de alimentação dos habitantes do planeta. Brasil

não poupa deste crescimento urbano tanto ao nível estadual como ao nível municipal. Neste processo, o município de Marituba com o aumento da sua população AUP pode contribuir muito no seu desenvolvimento local e atender a necessidade de alimentos dos habitantes deste município. A prioridade para a agricultura AUP permite que a futura geração seja beneficiada pela atual geração.

A pesquisa foi feita na AUP e servirá de guia para os tomadores de decisões do município de Marituba, dos pesquisadores e de qualquer outra categoria de profissionais que desejem ter informações na matéria. Isso contribuirá muito para uma melhor articulação das decisões que serão tomadas no setor agrícola do município com o objetivo de sustentar os trabalhos existentes nesse setor. Além disso, a pesquisa sobre a contribuição da agricultura urbana e periurbana (AUP) no desenvolvimento local de Marituba gera novas oportunidades para o município aprofundar pesquisas similares, a fim de explorar outros caminhos para desenvolver um sistema dinâmico que seja capaz de responder a qualquer dificuldade possível para os agricultores urbanos e periurbanos. Assim, a sustentabilidade da AUP é eficaz e desempenha seu papel integral no desenvolvimento local do município.

Segundo Dumat et al. (2016), 80% das terras aráveis do mundo são exploradas e 15% estão esgotadas devido à agricultura intensiva, poluição ou deflorestação. Para superar a fome no mundo, é essencial desenvolver soluções alternativas, como fazendas urbanas verticais ocupando uma área reduzida e projetadas para produzir grandes quantidades de produtos alimentícios. De acordo com a -FAO- (2008), um sétimo da produção mundial de alimentos é cultivado em terrenos baldios, telhados, coberturas, antigos lixões e em outros espaços urbanos. Em todo o mundo, há mais de 800 milhões de agricultores urbanos.

No Brasil, nos últimos 50 anos, o crescimento urbano transformou e inverteu a distribuição da população. Enquanto em 1945, a população que vivia nas cidades representava 25% da população total de 45 milhões, passou no início de 2000 para 82% do total de 169 milhões (ARRUDA, 2006 *apud* FRICKE e PARISI, 2004). Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil possui, conforme o Censo 2010, 84,4% da população vivem em áreas urbanas e 15,6%, em zonas rurais (IBGE, 2010). Diante do contexto apresentado, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a contribuição da AUP para o desenvolvimento local do município de Marituba. Desse objetivo geral seguem três objetivos específicos, que são: Território, Territorialidade e Poder: Explicar os circuitos espaciais da economia urbana; analisar o

papel das forças socioespaciais da AUP do Município e os efeitos da AUP sobre ambiente urbano e finalmente identificar as relações socioespaciais de produção referentes as suas atividades.

Tendo em conta a importância da agricultura urbana e periurbana, a sua contribuição para o desenvolvimento local do bairro Uriboça no município de Marituba e a sua integração no tecido urbano, é, portanto, necessário compreender os méritos desta atividade. A fim de entender melhor este trabalho, os procedimentos metodológicos utilizados foram, primeiramente, o levantamento bibliográfico, referente à agricultura urbana e periurbana e desenvolvimento local por meio de livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos e revistas especializadas. Para construção de um referencial teórico consistente, o presente estudo fundamenta-se numa ampla pesquisa bibliográfica que debate questões teóricas e conceituais para tratamento da AUP e desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, foi iniciada a visita de caráter exploratório na investigação antes de iniciar o trabalho de campo. Também, a pesquisa de campo foi necessária, nos permitindo ter uma perfeita compreensão desta atividade por meio das visitas das parcelas agrícolas (observação direta), reuniões com agricultores e entrevista semiestruturada no próprio local de moradia ou na parcela agrícola, com a finalidade de obter informações cruciais sobre a vida na relação com o espaço e sua atividade. Por último, 20 agricultores foram escolhidos para fazer entrevista a fim de compreender melhor a contribuição da AUP no desenvolvimento local deste bairro.

Em geral, esta dissertação é composta por três capítulos além da introdução; o de referencial teórico e o da apresentação de Marituba.

No primeiro capítulo discutimos os conceitos como: território, territorialidade e poder. Em seguida, discutimos também os dois circuitos da economia urbana à luz do professor Milton Santos.

Os segundo e terceiro capítulos da pesquisa foram de suma importância pois foram desenvolvidos os trabalhos de campo com a coleta de dados quantitativos e qualitativos chamado método misto², por meio de entrevista e formulário. Depois, foram analisados os dados obtidos

² Neste sentido, alguns autores nos são importantes no quadro de um trabalho que combina método misto. Segundo Johnson e al. (200, p. 123) a pesquisa de métodos mistos é o tipo de pesquisa em que um pesquisador ou um grupo de pesquisadores combina elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa (p. ex., o uso de pontos de vista qualitativos e quantitativos, coleta de dados, análise e técnicas de inferência) para o propósito de ampliar e aprofundar o entendimento e a corroboração. Greene (2007, p. 20) apresentou uma definição de métodos mistos que conceituava esta forma de indagação diferentemente, como uma maneira de olhar o mundo social [...] que ativamente

referentes à AUP e isso nos permitiu elaborar a produção cartográfica e a dissertação escrita com todos os resultados obtidos ao longo da pesquisa. Por fim, foram produzidos gráficos e tabelas com os resultados juntamente às discussões teóricas pertinentes ao tema

No segundo capítulo da pesquisa foram analisados os dados obtidos e as dimensões socioeconômicas, socioambientais e sociopolíticas para uma compreensão ampla da agricultura no bairro Uriboça, Marituba – PA. No final, abordamos efeitos da agricultura urbana sobre o ambiente urbano.

No terceiro capítulo destacamos a caracterização dos agricultores, o processo de produção, as diferentes estratégias utilizadas para a comercialização mas também as dificuldades enfrentadas no processo de produção. Além disso, fizemos uma figura interpretativa por meio de fotos obtidas a partir do drone phantom 4 (LA) dji, para mostrar as imagens das parcelas agrícolas. Assim como, realizamos um mapeamento saindo da entrada do bairro Uriboça (BR 316) até as parcelas agrícolas com pontos georeferenciados das áreas cultivadas. Em seguida, foram elaborados mapas com base em informações adquiridas no sítio eletrônico do IBGE-2015. Para confecção dos mapas utilizamos o software ARCGIS 10.2 e GPS map 62s Garmin, Track maker /way points. A partir desses procedimentos metodológicos foi possível obter as informações necessárias para estruturar e sistematizar o entendimento sobre a problemática aqui levantada.

nos convida a participar do diálogo sobre múltiplas maneiras de ver e ouvir, múltiplas maneiras de extrair sentido do mundo social, e múltiplos pontos de vista sobre o que é importante e deve ser valorizado e apreciado.

SEÇÃO 2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História da agricultura urbana

Agricultura urbana é uma forma emergente ou reemergente de práticas agrícolas realizadas na cidade. Na verdade, um dos primeiros traços de AU remonta a 4000 anos (na cerâmica deste período, os projetos cruzados típicos de jardins persas são descritos) em cidades semidesérticas da Persia (agora Irã): uma forma da agricultura intensiva foi praticada naquele local e usavam os desperdícios da comunidade como o solo de *potting*. A luz solar e seus efeitos, bem como a gestão da água (uso de águas subterrâneas, redes de irrigação) foram tidas em conta para a estruturação dos jardins persas por arquitetos, em um país caracterizado pelo seu calor frequentes e secas (KHONSARI et al., 1998 ; ROCHFORD, 1999). Nas Américas, em Machu Picchu (local a leste da Cordilheira dos Andes, a uma altitude de 2438 m), a arquitetura da cidade foi projetada para preservar e reutilizar a água Wright et al. (2016) e os sistemas de cultura acumulavam o calor do sol, a fim de prolongar o período de crescimento. Muitos "War Gardens" apareceram nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá durante as guerras mundiais (BAUDRY, 2010). Também foram muito bem desenvolvidos desde o final do século XX, hortas comunitárias como "Glenwood Green Acres" em Filadélfia.

Boukharaeva et al. (2005) afirma que, no Brasil, a agricultura urbana deve o seu desenvolvimento recente à modernização da agricultura, que provocou grande migração em direção às cidades e às respectivas periferias a partir da década de 1940. Uma parte dessa população é excluída socialmente, vivendo na miséria, em ambientes ecologicamente degradados. “[...] São pessoas que, em sua maioria, perderam seu patrimônio cultural, não são alfabetizadas e são vítimas da violência e da má nutrição. Mais de 80% da população urbana vive em casas separadas por pequenos espaços vazios, o que permite recorrer à jardinagem para conseguir suplementar sua necessidade básica de alimento” (BOUKHARAEVA et al., 2005).

A AUP é uma atividade que pode garantir a segurança alimentar nas cidades, apesar do crescimento da população urbana e da migração de pessoas que vivem no meio rural para se estabelecerem nas cidades. O seu potencial pode gerar empregos, contribuir à disponibilidade de alimentos, e continuará ganhando espaço entre as cidades para o benefício do ser humano. Além disso, a AUP é uma ferramenta para a integração social. As pessoas que migram para as cidades,

praticam a agricultura do meio rural porque é a forma mais efetiva de se integrarem no tecido social urbano de outras pessoas que também praticam a AUP.

2.2 Definição de agricultura urbana e periurbana (AUP).

A agricultura urbana pode ser definida como o cultivo de plantas e a criação de animais dentro do perímetro urbano das cidades. Por sua vez, a agricultura periurbana pode ser definida como o cultivo de plantas e a criação de animais ao redor do perímetro urbano ou ao redor das cidades. O fato mais importante na agricultura periurbana que a diferencia da produção agrícola rural é que a primeira está integrada com a economia urbana e o meio ambiente das cidades. A agricultura urbana e periurbana estão encaixadas no ecossistema urbano e ativamente interagem com esse (TIVELLI, 2011). Porém, a AUP contribui na economia e no meio ambiente dentro e ao redor do perímetro urbano, isso permite ter uma cidade criadora de oportunidades pelos seus habitantes e de responder às suas necessidades. Ela cria o bem-estar do ecossistema urbano para todos os cidadãos.

É nesse sentido que se percebe hoje a oportunidade de que os espaços urbanos sejam (re)valorizados como áreas destinadas a uma produção de alimentos para autoconsumo e eventuais excedentes para comercialização, como diversas experiências com agricultura urbana têm demonstrado. De acordo com Smit (2001), o surgimento das metrópoles, uma grande parte da responsabilidade comunitária foi transferida ao poder público ou mesmo às grandes empresas. A agricultura nas cidades, no plano comunitário, é uma boa ferramenta para a autogestão dos recursos e para alcançar uma biodiversidade máxima e ótima (SMIT, 2001). O uso produtivo de espaços urbanos proporciona a limpeza destas áreas e uma melhoria considerável ao ambiente local, com impacto positivo na sanitização pública. Materiais como embalagens, pneus e entulhos são utilizados para a contenção de pequenas encostas e canteiros e resíduos orgânicos domiciliares são aproveitados na produção de composto utilizado como adubo (ALMEIDA, 2004).

Para Madaleno (2002), a promoção da agricultura no meio urbano tem contribuído para tornar as cidades mais produtivas e autossuficientes, isto aliado ao apelo ambiental que esta atividade apresenta, resgatando a comunhão do ser humano com a biodiversidade natural e a agricultura, mesmo em tempo parcial. Nesse sentido, os resultados positivos podem ser verificados pela redução na importação de alimentos de outras regiões e ocupação de áreas desabitadas e inaproveitáveis. Não obstante, esta produção teria uma importância muito menor se não existisse

uma escassez de oportunidades adequadas e acessíveis para obtenção de renda, aliada a uma demanda não satisfeita nas áreas urbanas de produtos agrícolas em quantidade e qualidade suficientes.

Destarte, as experiências urbanas com agricultura se dirigem à valorização de espaços limitados, onde residem populações socialmente marginalizadas, para uma produção voltada ao autoconsumo, possibilitando o aumento da disponibilidade de alimentos e a diversificação da dieta das famílias. Além disso, o exercício da agricultura urbana vem permitindo que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas para enfrentar os riscos de insegurança alimentar e nutricional (VON DER WEID, 2004).

Em Belém (PA), Madaleno (2002) verificou que a atividade agrícola intra-urbana diminui os gastos com alimentação nas classes média e média-baixa, e ajuda a subsistência das famílias de baixa renda, as quais gastam entre 1/3 e 2/3 do seu rendimento mensal na alimentação. Destacou, ainda, que essa atividade beneficia o meio urbano do ponto de vista ambiental na medida em que, além de gerar áreas verdes, favorece a melhor infiltração das águas de chuva e viabiliza a reciclagem de resíduos, anotando que o maior apoio da municipalidade é fundamental para o incremento da atividade agrícola entre os belenenses e o conseqüente aumento de seus benefícios sociais e ambientais (MADALENO, 2002).

O conceito de agricultura urbana, assim como o de agroecologia, necessita de evolução, embora não seja um termo recente. O termo agricultura urbana é usado amplamente nos meios acadêmicos e, mais recentemente, nos meios de comunicação. Sua popularização faz com que seja ainda mais urgente e importante a sua definição, bem como seja especificado seu conceito, a fim de que se torne um instrumento útil para a compreensão da temática. Ainda, de acordo com o autor:

[...] devemos perguntar se a agricultura urbana é realmente o que chamamos, ou assim queremos chamar, ou o que percebemos na realidade. A definição geral deve levar-nos a um sistema ou construção conceitual, a uma estrutura de compartimentos interconectados baseados nas experiências do mundo real. O significado de agricultura urbana diz respeito ao local - dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas -, aos espaços. A área que possui alguma atividade agrícola inserida nas cidades é chamada de intra-urbana e pode abranger qualquer tipo de área, individual ou coletiva, podendo envolver ainda vias públicas, praças, parques e áreas que não estão sendo utilizadas, como lotes e terrenos baldios (MOUGEOT, 2000, p. 2).

A agricultura urbana refere-se não somente à produção vegetal, mas também à criação animal (aves, abelhas, peixes, coelhos e outros). O sistema agrícola urbano pode ser uma

combinação de muitas atividades diferentes, incluindo desde a horticultura e o cultivo de cereais como milho e feijão à integração com a produção animal, aproveitando-se restos vegetais na alimentação destes, através de compostagem isoladamente ou em conjunto ao esterco oriundo das criações (AQUINO E ASSIS, 2006).

As experiências brasileiras, de acordo com Monteiro e Mendonça (2004), ao se abordar o tema da agricultura nas cidades, é comum a imediata referência às hortas comunitárias. Isso ocorre porque a palavra horta é entendida como sinônimo de cultivo de hortaliças em canteiros. A perspectiva agroecológica, no entanto, não restringe o olhar a um sistema padronizado de produção, com espécies predefinidas, mas procura incorporar ampla diversidade às condições específicas de cada espaço disponível.

Assim, registrou-se, dessa forma, como afirmaram Monteiro & Monteiro (2006), num estudo realizaram em Teresina sobre as hortas comunitárias elas explicaram:

o incremento do apoio creditício com vistas a dinamizar as Hortas Comunitárias da periferia de Teresina na produção e comercialização de produtos saudáveis diversificados, na perspectiva da agricultura familiar (baseada nos saberes locais) promovendo, assim um desenvolvimento local sustentável e um incremento na geração de emprego e renda dos beneficiários do programa (MONTEIRO & MONTEIRO, 2006, p.56).

As autoras fazem referência à potencialidade da agricultura urbana em geral e das hortas comunitárias especialmente. No mesmo sentido, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) do Brasil apoia financeiramente ações comunitárias voltadas para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias de baixa renda. Constatou-se, dentre os 130 convênios de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) efetivados através de parcerias com Estados, Municípios e ONGs.

Ainda detectou-se que 96 projetos estão voltados para a produção em hortas e lavouras comunitárias, plantas medicinais, mudas, viveiros e criação de pequenos animais; 30 projetos são de beneficiamento e comercialização em feiras, mercados públicos e pequenas agroindústrias; e os quatro restantes estão voltados para a garantia da segurança alimentar em áreas de acampamentos (MDS, 2009).

Assim, de acordo com Almeida (2004), analisando a experiência de Belo Horizonte (MG), a produção agrícola nos espaços urbanos conduziu a melhores hábitos alimentares, sobretudo por ter evidenciado a relação que há entre alimentação e saúde. Assim, as famílias envolvidas passaram a se preocupar mais com plantio e o consumo de alimentos sem contaminações de origem química ou biológica, com a qualidade da água utilizada na irrigação,

com o aproveitamento integral e o valor nutricional dos produtos, bem como a priorizar o consumo de alimentos da época e da região.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO (2007), entendemos a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como uma atividade multifuncional e multicomponente, que inclui a produção ou transformação inócua de produtos agrícolas e pecuários em zonas intra e periurbanas, para autoconsumo ou comercialização, (re)aproveitando de modo eficiente e sustentável os recursos e insumos locais, respeitando os saberes e conhecimentos locais e promovendo a equidade de gênero através do uso e coexistência de tecnologias apropriadas e processos participativos para a melhora da qualidade de vida da população urbana e da gestão social e ambientalmente sustentável das cidades.

Em um espaço urbano marcado por problemas socioeconômicos, segundo Lepper (2007), o crescimento populacional tem também aumentado a demanda por fornecimento de alimentos para garantir a segurança alimentar da população urbana. Assim, a Agricultura Urbana surgiu como estratégia para a adoção de políticas públicas que possibilitassem a produção e fornecimento de alimentos, geração de emprego e renda, além de contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos cidadãos. Sendo este, o assunto a ser tratado na próxima seção.

A produção de alimentos no espaço urbano tornou-se tradição em vários países do mundo, principalmente nos desenvolvidos, apesar de apresentar custos e restrições, a Agricultura Urbana desempenha um papel relevante no aumento da segurança alimentar e do bem-estar social da população, principalmente nas comunidades marginalizadas pela desigualdade da estrutura capitalista. A agricultura urbana merece uma abordagem estratégica no processo de planejamento, por ser um recurso estratégico, no reconhecimento da agricultura em termos de valores econômicos, sociais e ambientais (MOK et al., 2014).

Pode-se observar que a agricultura urbana e periurbana abrange diversas atividades que vão desde produção de alimentos, hortaliças e pecuária, à produção de plantas ornamentais e medicinais. Além disso, na AUP há também agregação de valor nos produtos gerados. Há uma grande gama de agentes sociais que atuam em várias escalas territoriais, possuem objetivos, formação e recursos diversos, o que confere a AUP uma pluralidade de experiências vinculadas a determinados contextos e cujos resultados cumprem com um objetivo essencial: a produção destinada ao autoconsumo (ZAAR, 2015).

Existe na AUP uma simbiose de ações, reações e resultados. O apoio político local, a predisposição e as determinações comunitárias e individuais, os projetos de extensão universitária e a atuação de ONGs tem provido, segundo a demanda existente, cursos de capacitação, oferta de microcréditos, assessoria aos empreendimentos de economia solidária, apoio a produção e comercialização, entre outros (ZAAR, 2015).

De acordo com Mendes (2016), observa-se na AUP possibilidades do ponto de vista econômico. Os alimentos produzidos podem ser uma fonte de renda direta, através da venda dos produtos gerados, ou seja, o agricultor pode obter renda comercializando sua produção primária ou através de técnicas simples para agregar valor da sua produção e com isso obter maiores ganhos financeiros. Outro ponto importante é a fonte de geração indireta de renda através do consumo dos alimentos produzidos, o autoconsumo.

Segundo a *Food and Agriculture Organization* - FAO (1999) a agricultura urbana e periurbana (AUP) é praticada em todo o mundo dentro ou ao redor dos limites administrativos das cidades. Inclui produtos da agricultura, pecuária, pesca e silvicultura, bem como suas funções ecológicas. Frequentemente, múltiplos sistemas agrícolas e hortícolas já existem dentro e ao redor das cidades. Refere-se às práticas agrícolas nas cidades e em torno das cidades que usam recursos - terra, água, energia, trabalho - que também podem ser usadas para outros fins para atender às necessidades da população urbana.

2.3 Desenvolvimento local:

O desenvolvimento local pode receber definições distintas e variáveis, dependendo do autor que se consulte. Assim, os conceitos ligados ao desenvolvimento local, como resposta e alternativa ao fracasso das anteriores tentativas de promover o desenvolvimento surgiram a partir da crise dos anos 1970, quando os espaços locais ganharam relevância na análise para redescobrir e reintegrar os recursos e potencialidades locais, bem como buscar novas lógicas de articulação e, ao mesmo tempo, enfrentar os desequilíbrios regionais (MARQUES et al., 2001).

Segundo Barquero (2001), o desenvolvimento local emerge como resposta das comunidades à precarização social produzida pela introdução de alterações tecnológicas motivadas pela necessidade de eficiência da produção dos anos 1980. Cabe destacar como fatores impulsionadores da situação vivida no início dos anos 1980, a crise mundial da década de 1970, a emergência dos movimentos ambientais que levou o Clube de Roma, em 1972, a publicar a obra

“Os limites do crescimento”, assim como os movimentos populares que colocaram em questão o industrialismo vigente na década de 1960.

Sobre o desenvolvimento local aliado à intenção de aumento da produtividade e da competitividade, são realizadas ações que direcionem o movimento dos agentes econômicos envolvidos no local para tais objetivos, em busca da melhoria da distribuição de renda e conservação dos recursos naturais e de aspectos históricos e culturais (BARQUERO, 2001). A partir de tais premissas, o desenvolvimento econômico local pode ser definido como um “processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região”(BARQUERO, 2001).

No Brasil, de acordo com Sachs (1986 *apud* Abrantes, 2014) as primeiras discussões envolvendo o termo desenvolvimento local originaram-se nos anos 1970, coincidindo com o surgimento das propostas de desenvolvimento “da base para o topo”. Para Vachon (1993), o desenvolvimento local nasceu de uma afirmação: as políticas macroeconômicas e as medidas sectoriais nacionais, não parecem ser as melhores ferramentas para resolver os problemas que surgem todos os dias ao nível local e regional no domínio do desenvolvimento econômico e social. Assim, esse conceito está se tornando cada vez mais uma ferramenta de integração capaz de atender às necessidades da população local e, ao mesmo tempo, fornecer soluções para as dificuldades econômicas e sociais ao seu povo.

A abordagem de desenvolvimento local é muito benéfica para as comunidades. Conforme aponta Vachon (1993), a originalidade da abordagem de desenvolvimento local é mobilizar e estimular os elementos e recursos dinâmicos da comunidade, a fim de gerar novos projetos, desencadear e acompanhar os processos individuais e coletivos de mudança e desenvolvimento. Isto apela a uma especialização centrada na criação de um ambiente propício a iniciativas de desenvolvimento, o surgimento de líderes de projetos e abordagens de apoio para garantir a implementação e sustentabilidade dos projetos (VACHON, 1993).

Para o autor, o desenvolvimento local leva em conta a população local, priorizando o seu saber fazer a fim de trabalhar para o progresso da comunidade que habitam. Sua originalidade reside na dinamização de todos os recursos da comunidade para o bem-estar da população. O conceito de desenvolvimento local representa uma estratégia que deve garantir para o território em

questão – seja comunidade, município ou microrregião – uma melhoria das condições socioeconômicas a médio e longo prazo (ABRAMOVAY,1998).

De caráter fundamentalmente endógeno, este conceito busca um processo sustentável de aproveitamento das oportunidades e capacidades locais, pressupondo a participação de todos os atores sociais e econômicos, públicos e privados. Para Martins (2002), o desenvolvimento local não deve ser percebido apenas como um crescimento econômico e material, tão pouco voltado apenas para os fins (bem-estar social, qualidade de vida, etc.), mas sim na forma que o cidadão interage nesse processo, mudando a condição de apenas beneficiário em um agente condutor do desenvolvimento.

Nessa matriz, ele destaca que o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação dos integrantes da comunidade (MARTINS, 2002). O Desenvolvimento, numa perspectiva local, desse modo, considera suas próprias chances efetivas e emancipadoras de transformações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e ambientais, rompendo com as amarras internas e externas que o prende aos estados tradicionais de pobreza e mazelas sociais. Nesse sentido, desenvolvimento local significa romper com a “cultura da pobreza” que considera o desenvolvimento como sinônimo de riqueza (ÁVILA, 2006).

Isso permite que as comunidades locais sejam protagonistas de seu próprio bem-estar e de alternativas sociais e técnicas adequadas às suas culturas e valores, baseando-se em laços de solidariedade e cooperação (SEN, 2000). Assim, desenvolvimento local é:

O efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida, no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar, o aproveitamento dos potenciais próprios recursos visando potenciais busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito. (ÁVILA, 2000, p. 68).

Nesse caso, a qualidade de vida da comunidade deve ser prioritariamente considerada, superando-se os problemas básicos como acesso à educação, saúde, saneamento básico, energia, entre outros, para o efetivo alcance do desenvolvimento local. Não obstante, devem ser

considerados, também, como os indivíduos inter-relacionam-se na vida cotidiana, pois esta é a base para se construir a sua identidade sobre uma base territorial (CASTILHO et al., 2009).

Nesse sentido, é de se esperar que a dinâmica da agricultura urbana e periurbana impacte no desenvolvimento local do município de Marituba. Essa atividade, tendo em conta sua potencialidade, pode contribuir no desenvolvimento deste município. O desenvolvimento local é na verdade uma vontade comum de melhorar a vida das pessoas, alicerçada na confiança dos próprios recursos e na capacidade de combiná-los de forma lógica para a obtenção de um futuro próspero (OLIVEIRA, SILVA E LAVATO, 2014). O autor destaca assim sua concepção sobre o desenvolvimento local:

De fato, o que se observa é que para se iniciar o desenvolvimento local é necessária uma vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, buscar identificar as potencialidades existentes nessas localidades e em muitos casos, idealizar a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando o aproveitamento da capacidade econômica de cada região, sem isso mudar ou perder as suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, o que pode ser, ainda, mais um fator que contribui indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local. (OLIVEIRA, SILVA E LAVATO, 2014, p.113).

Existem, de fato, várias definições de desenvolvimento local que dependem de diferentes correntes de pensamento. O que os une mais ou menos é, acima de tudo, a ênfase colocada no dinamismo dos atores que compartilham o mesmo território, sua capacidade de inovar e / ou iniciativas para alcançar objetivos comuns. É nessa lógica que Klein afirma:

Se o desenvolvimento local for local, isso não é devido à sua listagem em um local específico. Se este fosse o caso, qualquer forma de desenvolvimento seria local, uma vez que toda a ação tem lugar em um local específico. As ações de desenvolvimento podem ser caracterizadas como desenvolvimento local quando geram ou reforçam dinâmicas sistêmicas que são locais (KLEIN 2006, p.143).

Assim, o desenvolvimento local é caracterizado por seu dinamismo a gerar atividades sociais e econômicas viáveis na escala local pelo bem-estar dos moradores. Todo desenvolvimento que leva em conta as prioridades da população local poderia ser chamado de desenvolvimento local. De acordo com Franco, o desenvolvimento local apresenta diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Todas

essas dimensões comparecem no processo de desenvolvimento, em conjunto determinando-o ou, em particular, cada qual o condicionando (FRANCO, 2000). Dessa forma, as ideias e as práticas de desenvolvimento local, segundo Tenório (2007), surgidas sob influxo dessas novas concepções sistêmicas e desses mais vigorosos questionamentos ao mito do primado do econômico, teriam de ser diferentes das ideais e práticas anteriores - ou mesmo de algumas ideais e práticas atuais, porém, ainda atreladas ao paradigma economicista - sobre o desenvolvimento local, até então denominado, não por acaso, de desenvolvimento econômico local.

À luz desses autores, o desenvolvimento local é multidimensional e essa multidimensionalidade deve ser levada em conta para que a população local possa se beneficiar das vantagens desse desenvolvimento. Além disso, o aspecto econômico é muito importante porque, sem aquele, o desenvolvimento local não cumprirá a sua missão.

SEÇÃO 3 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 Apresentação do município de Marituba

O município de Marituba está localizado na Região Metropolitana de Belém-RMB, composta de sete municípios (Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, **Marituba**, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel), e que possui a menor extensão territorial do Estado com 109,10 km², uma população de 108 mil habitantes (estimação do IBGE), proporcionando uma densidade demográfica de 1.100 habitantes / km², em 2014 (IBGE, 2014). A sede do Município de Marituba fica distante aproximadamente 5 quilômetros da sede de Ananindeua, 7 quilômetros de Benevides, 15 quilômetros de Belém (São Bras), 18 quilômetros de Santa Isabel, 38 quilômetros de Castanhal e 20 quilômetros de Santa Bárbara (MARITUBA, 2018)³.

A Lei nº 6255, de 15 de novembro 1999, deu nova redação a Lei no 5.857 22 de setembro 1994 que criou o município de Marituba. Em seu artigo 2, a Lei descreve a delimitação com quatro municípios limítrofes. Com Ananindeua para Oeste, Belém (Rio Guamá) para Sul, Santa Bárbara do Pará para Norte e Benevides para Leste (figura 2). O limite político administrativo do município de Marituba e a delimitação de vinte (20) bairros que divide - se em de 110 setores censitários⁴ (IBGE, 2010).

Segundo o censo demográfico do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o bairro Uriboça faz parte de oito (8) bairros da Região 2 do município de Marituba e é classificado no quadrante 1. A tabela 2 abaixo possui descrições quantitativas do bairro Uriboça.

Tabela 2- População e número de domicílios de Uriboça.

Setor censitário	Número de domicílios	População	Habitante/ domicílios
73	472	1.960	4,15
74	241	1.149	4,77
75	395	1.635	4,14
Total	1.108	4.744	4,28

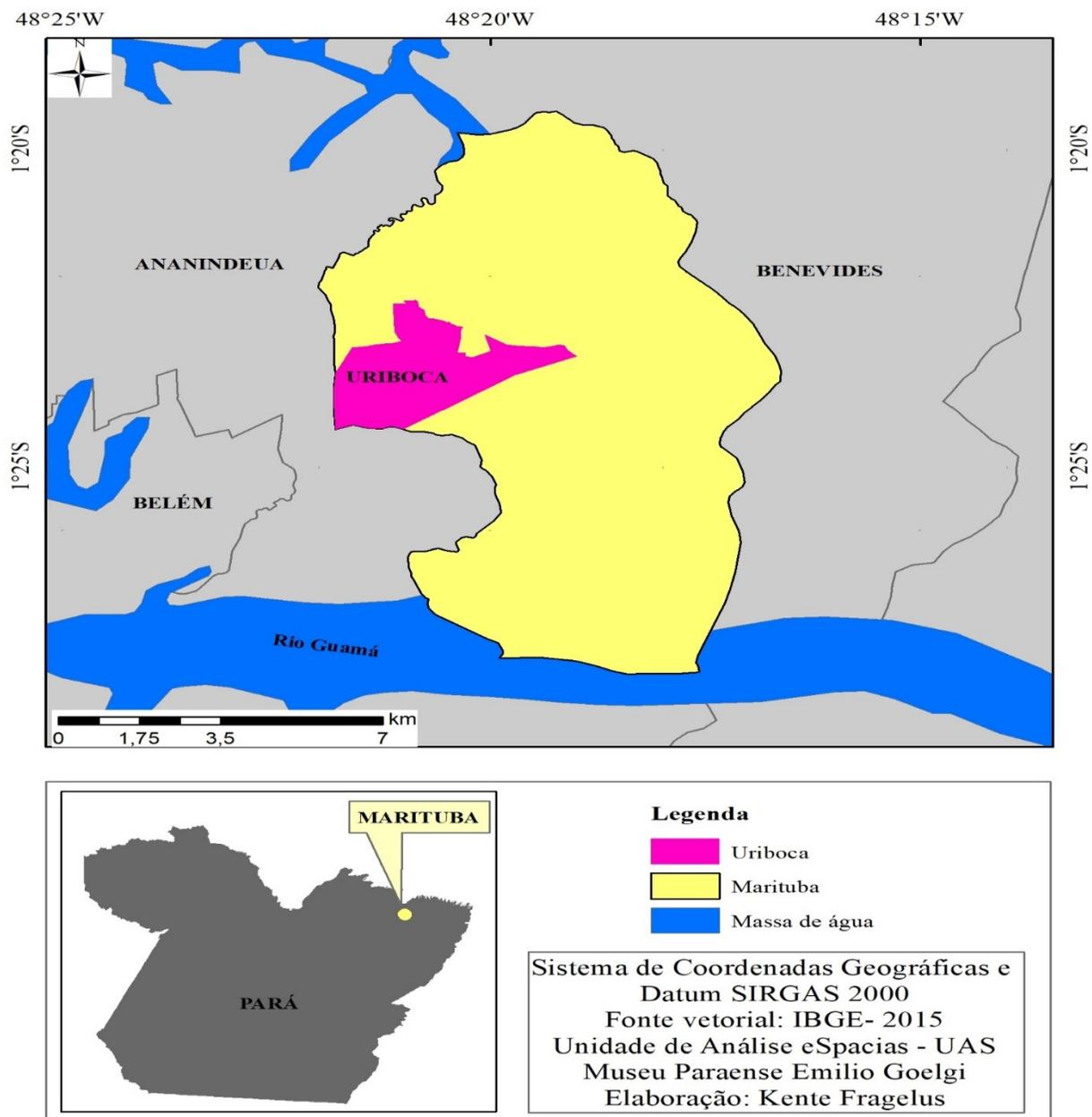
Fonte: Adaptado pelo IBGE- Censo 2010

³ Projeto de Lei no 067/18 de 21 de fevereiro de 2018 da Prefeitura de Marituba.

⁴ É a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, como dimensão adequada à operação de pesquisas e conjunto esgota a Totalidade do território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do país.

A tabela apresenta o número dos setores censitários, de domicílios e da população do bairro Uriboça, o que nos permite ter mais detalhes sobre esse bairro sobretudo os dados quantitativos.

Figura 2- Apresentação do município de Marituba



Fonte: Autor, janeiro de 2020.

3.2 Origem e história de Marituba

O vocábulo Marituba vem da língua indígena Nhengatu e significa "lugar abundante de marís (ou Umarís)". Marí ou Umarís é uma árvore da família das icacináceas, que dá frutos comestíveis; tuba significa "lugar abundante, lugar de abundância" (ADES, 2005). O nome de Marituba se originou pelo fato de no local ter muitas árvores de marí ou umarí. Nesta época era de costume as pessoas acrescentarem a terminação tuba a qualquer palavra que desse nome a um lugar pequeno. A letra U da palavra umarí foi suprimida e assim formou-se o nome de Marituba (CARDOSO et al., 2005). É nesse sentido que a palavra Marituba nasceu e permanece até hoje.

A história do município iniciou nos quilombos, passando pela estrada de Ferro e pelo povo guerreiro da colônia de Hansenianos (COSTA; SOUSA; PINTO, 2016). Assim, em 28 de outubro de 1848, nos termos da Lei n.º 514, o Governo Imperial concedeu ao presidente da província do Pará cerca de 6 (seis) léguas de terra. Esta área destinava-se ao desenvolvimento agrícola, até então incipiente na região (GRANHEN, 2002). Em 1880, o centro da cidade de Marituba era habitado por apenas 5 (cinco) famílias que formou um vilajo, estas famílias vivam da agricultura (CARDOSO et al., 2005). Assim, a localidade de Marituba nasceu em função da Estrada de Ferro Belém-Bragança, a ferrovia de construção mais demorada do mundo: com 293 quilômetros de extensão, suas obras duram 25 anos. Os seus primeiros trilhos foram assentados no dia 24 de junho de 1883, pelo Barão de Mocajuba, Presidente do Pará, e concluída no dia 3 de maio de 1908, pelo Governado, Doutor Augusto Montenegro. Além disso, essa ferrovia foi concebida em face das necessidades de escoamento dos produtos agrícolas das colônias instaladas ao longo da Estrada de Ferro da Bragança, tais como Apeú, Castanhal, Inhangapi, Jambu-açu e outras, do Pará (ADES, 2005).

Segundo Cardoso et al. (2005), Marituba passou quase cem anos sendo um dos bairros de Santa Izabel, depois de Benevides e Ananindeua. Em 1983, o povo de Marituba sentiu a necessidade da emancipação, pelo fato de verbas virem direto para o município, falta de transporte digno, de emprego, saneamento, escolas e assistência médica eficaz (CARDOSO et al., 2005).

Marituba já tinha passado por três tentativas de emancipação, sendo duas anteriores (em 1983 e 1989) não bem sucedidas, a do dia 21 de abril de 1994 aprovada pela população. Obviamente bem articulada por políticos locais e demais que se envolveram no processo (CARDOSO & CORRÊA, 2000). Marituba grita sua independência se tornando caçula com a Lei n.º 5857 de 22 de setembro de 1994. No dia 3 de outubro de 1996 realizou-se a primeira eleição de

Marituba, sendo eleitos o Prefeito Fernando de Souza Corrêa, o Vice - Prefeito e os Veradores em 1 de janeiro de 1997. Uma história muito fascinante que iniciou desde a origem de Marituba, que foi um dos bairros de Santa Izabel, depois de Benevides e Ananindeua durante cem anos antes alcançar sua independência dia 22 de setembro de 1994. Desde então, Marituba exerce seu papel de município no Estado do Pará.

PRIMEIRO CAPÍTULO

4 Território, Territorialidade e Poder: Explicar os circuitos espaciais da economia urbana

Neste capítulo desenvolvemos categorias de referência à geografia e à economia urbana. No primeiro momento fazemos um diálogo teórico entre vários autores sobre os conceitos: Território, Territorialidade e Poder e aquele diálogo leva em conta as opiniões dos autores seguidos comentários. Assim sendo, o Território, Territorialidade e Poder, como salienta (HAESBEART, 2006), apesar de ser conceitos da geografia, dizem respeito à espacialidade humana, pois têm uma certa tradição também em outras áreas de conhecimento, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva (HAESBEART, 2006). No segundo momento, explicamos os dois circuitos da economia urbana à luz de Milton Santos e tantos outros autores que fazendo pesquisas pertinentes à temática seguidos de comentários para a compreensão de cada um dos itens desenvolvidos neste texto.

4.1 Território, Territorialidade

Ao longo da história do pensamento geográfico, o território se tornou uma de suas categorias conceituais pelo fato de agregar ao espaço um valor ligado às relações sociais ocorridas naquele. Dessa forma, o território dá ao espaço os valores de uso, troca, o valor de produção e reprodução contínua (SOARES & ANDRE, S/D). Assim, o território se constroi em um dos conceitos mais importantes para a Geografia, ao lado do espaço, região, paisagem e lugar, é concebido como uma ferramenta útil para compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação (STÜRMER; COSTA, 2017). Isto a tal ponto que se torno bastante banal - quase *passé-partout* - sem que se questionasse suficientemente sobre os deslizamentos no seu significado que se operam enquanto se ampliava o leque das utilizações dela feitas. Para iniciar o encaminhamento dessa reflexão, é necessário fazer uma breve incursão no domínio da etimologia e da história.

Contudo, tem-se que ressaltar o fato de sucesso da palavra confirmar-se, sobretudo, no caso das línguas latinas. A tradição em inglês, por exemplo, releva-se difícil. *Local, place* ou, mesmo *territory* tem um significado muito mais restrito do que a palavra território em português ou espanhol, *territoire* em francês. Foram essa complexidade, essa riqueza polissêmica e essa

ambiguidade que alimentam os muitos debates entre intelectuais desses países em torno da noção (CAVALCANI, WANDERLEY E NIEDERLE, 2014). [...] Se os debates contribuíram também para a multiplicação das interpretações, essa diversidade achou suas raízes na ambiguidade inicial da etimologia da palavra. Território / *territoire* origina - se na palavra latina *territorium*, ela mesma procedendo da palavra terra, que designa não principalmente a matéria que compõe o solo, mas o espaço onde moram e vivem os seres humanos. E, claro, no Brasil, onde o termo território da união designa toda extensão geográfica sobre o qual Estado exerce sua soberania (ibid, p.57).

De acordo com Souza (2009), no Brasil, a discussão acerca do conceito de território passou a ganhar notoriedade a partir da década de 1990. Desde então, passado um pouco mais de duas décadas, ainda persiste certa disparidade no que tange a suas fronteiras (SOUZA, 2009). Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra *territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo- especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar (HAESBAERT, 2005). Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005).

Para Fernandes (2009), o território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. Essa diversidade promoveu compreensões e significações imputadas ao conceito de território de acordo com as intencionalidades dos sujeitos (FERNANDES, 2009). Segundo Gottman (1983), o conceito de território foi elaborado pelos homens no processo de organização do espaço, mudando no tempo e no espaço, conforme se transforma a sociedade. Este conceito assume relevância na teoria política a partir do século XIV, juntamente como de soberania do território nacional. Ele é resultado das ações dos homens em sociedade, desmarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente (GOTTMAN, 1983 [1975]).

Para Claude Raffestin, o território é mais do que se poderia imaginar e é também um mundo particular. Ele afirma que:

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a “matéria-prima” oferecida à imaginação, para ser “trabalhada” e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a língua natural para uma representação literária, a linguagem gráfica para o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para uma representação musical, as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas (RAFFESTIN, 2009, p.33).

Na compreensão do autor, cada linguagem representa um aspecto peculiar do território que os homens utilizam para compreender a dinâmica da vida cotidiana e sobretudo as imagens que traduzem a realidade do território. Além disso, a imaginação do homem desempenha um papel importante na construção e a produção do território que se tornando cada vez mais um assunto da atualidade.

Saquet (2007) por sua vez, afirma que o território é a cena de todas as relações. É um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, como uso de energia e informação. O território é compreendido como área e, sobretudo, como relação social, econômica e política (Ibid, p.50). [...] Ele é organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades políticas e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidades histórica e relacional (ibid p.51). O território é compreendido, antes de qualquer coisa, como um espaço de organização e luta, de vivenciada cidadania e do caráter participativo da gestão de diferente e do desigual (RAFFESTIN, 1993 [1990], apud SAQUET, 2007).

Para Saquet, a sociedade é o pilar fundamental do território porque aquele não pode evoluir sem a presença do homem. Ele enfatiza também os aspectos políticos, sociais e econômicos na relação dos homens sobre o território. No dizer do autor, o território corresponde a uma área onde estão distribuídos os fenômenos físicos e humanos (ibid, p.66). A distribuição dos fenômenos que sejam físicos ou humanos relacionando o território na sua multifuncionalidade. Segundo Souza (2008) a palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor. [...] Territórios existem e são construídos– (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada a internacional; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de

escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica cíclica (SOUZA, 2008).

Na visão do autor, o território simboliza o Estado - é por isso que os habitantes têm sentimento de pertencimento o que permite aos moradores de construir e desconstruir o território pelas suas necessidades. Para que o homem possa beneficiar as vantagens do território tem que gerenciá-lo bem o espaço quotidianamente.

Conforme com Candiotto e Santos (2009) e de acordo com Ratzel (1990), - o território pode definir como “uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano”, de modo que a apropriação de determinada área física seria o principal elemento a caracterizar o território. Em sua argumentação, sociedade corresponde a povo ou a homem e, natureza, a território ou a recursos naturais. Portanto, as relações entre sociedade e território são determinadas pelas necessidades de habitação e alimentação; tais necessidades justificariam a apropriação e defesa dos territórios que se dariam a partir da criação dos Estados nacionais (RATZEL, 1990 apud CANDIOTTO e SANTOS, 2009).

Retomando a palavra de Candiotto e Santos a partir das impressões de Raffestin (1993), Souza (2008), Haesbaert (2005) e Saquet (2007), podemos afirmar que o território vai além de uma delimitação física (areal), pois inclui relações de poder (ações) que se efetivam em determinadas extensões terrestres (territórios-zona), mas são influenciados também pelas redes de circulação e comunicação (territórios-rede) e pela identidade de indivíduos e grupos sociais, correspondente à uma combinação da dimensão material com a simbólica. Portanto, assim como o espaço, os territórios são produzidos por ações e objetos, pelo imaterial e o material. Estes são componentes essenciais do território e sua concretização requer, necessariamente, apropriação, dominação ou controle (CANDIOTTO e SANTOS, 2009).

Milton Santos, por sua vez, a partir de suas reflexões ao longo de suas obras sobre o conceito de território, ele sintetiza muito bem suas palavras sobre este assunto. Saquet e Silva retomam as palavras dele num artigo bem detalhado na seguinte forma seguidos dos comentários. Na visão de Santos, o território corresponde aos complexos naturais e as construções /obras feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades.

Assim, o território é construído historicamente, cada vez, como negação da natureza natural (SANTOS 1996 apud SAQUET & SILVA, 2008). Para ele, o território é compreendido como espaço de uma nação, delimitado e regulado. Apresenta elementos fixos, resultantes da ação

de homem e seu trabalho bem como relações sociais e diferentes formas de ocupação e produção; corresponde ao recorte do espaço- pelo processo de um Estado. [...] Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído - por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar o tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (SANTOS 1996 apud SAQUET & SILVA, 2008).

Tanto o território como a territorialidade constituem uma importante ligação em estudos geográficos e, por conseguinte, tornam-se dois elementos essenciais no nosso diálogo, parece bastante lógico discutir a territorialidade após abordar inicialmente o território.

Territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantem entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para a sobrevivência biológica e social. Ela é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escolar etc., resultado e determinante do processo da produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, relevando a complexidade social, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2007). Rogério Haesbaert define a territorialidade como um conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural (HAESBAERT, 2006).

Assim, a territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples “qualidade de ser território” é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2006). Mais explicitamente, a territorialidade é definida por Sack como a “tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir / afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação de controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (SACK, 1986 apud HAESBAERT, 2006).

-Ainda segundo Haesbaert (2006) à luz de Robert Sack (1986), existe diversos níveis de territorialidade, conforme aos diferentes graus de acesso às pessoas, coisas e relações, ou seja, seus níveis de permeabilidade, desde uma prisão de segurança máxima quase “impermeável” até a sala de espera de uma estação de trem, dia e noite acessível ao público. Sack reconhecer três relações interdependentes que estão contidas na definição de territorialidade (SACK, 1986 apud

HAESBAERT, 2006). Na mesma veia, sintetizamos no quadro 1 abaixo as relações interdependentes da territorialidade.

Quadro 1– Relações interdependentes da territorialidade

Territorialidade
Relações interdependentes
A territorialidade envolve uma forma de classificação por área- (o que restringe sua noção de território ao que chamaremos- aqui de territórios – zona, pautados numa lógica zonal ou areal, excluindo os territórios – rede ou de lógica reticular);
A territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira (uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição- sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão);
A territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e as coisas dentro dela, ou as coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no seu inteiro.

Fonte: Adaptado do Sack, 1986 e Haesbaert, 2006.

Neste quadro adaptado do Sack 1986 e do Haesbaert (2006), explicamos claramente os diferentes níveis da territorialidade. Outros autores seguem a mesma linha que Sack e Haesbaert e aqueles trazem algumas contribuições para fortalecer os argumentos dos autores citados. Conforme com Santos, Gavriloff e Fraga (2012), a estratégia territorial pode se desdobrar em diversos campos de influência além dos três elementos chaves citados: área, comunicação e controle. Pode-se citar, por exemplo, as questões das representações. O território ao ser definido conta com atores sociais que se territorializam. Estes não estão somente submetidos à territorialidade, mas dialeticamente podem interferir nas organizações territoriais. Eles fazem parte da sociedade e, portanto, tem um papel de identidade com o território. Este processo de pertencimento ao território se dá de diferentes maneiras: através da cultura, da língua falada, das crenças religiosas, de sinais, etc. (SANTOS, GAVRILOFF E FRAGA, 2012).

Outros autores retomam a palavra (idea) de Sack quase no mesmo sentido que ele aponta anteriormente. Assim, Candiotto e Santos (2009) trazem minuciosamente uma contribuição muito importante nesse sentido. Segundo eles, a territorialidade comporta três dimensões interdependentes. A primeira é a de representar o território de referência, permitindo a um indivíduo ou a um grupo controlar e influenciar as pessoas próximas, dispor de elementos que o compõem e de desenvolver com tais pessoas relações, que são simultaneamente de ordem, de poder e de comunicação ou troca. A segunda dimensão confere à territorialidade uma realidade de rede,

no sentido em que ela é o fundamento das mediações cognitivas e práticas que facilitam a realização das ações a partir da materialidade dos lugares. Enquanto dimensão ativa da territorialidade, ela se manifesta por uma propensão a valorizar os recursos do território e a facilitar as condições de sucesso desta valorização em uma perspectiva de desenvolvimento. Enfim, a territorialidade comporta também uma dimensão simbólica e subjetiva, pois leva em conta o desdobramento do conjunto de atividades cotidianas, quer se trate de atividades de trabalho, da vida familiar e de lazer “como o resultado e condição do processo de produção de cada território, cada lugar” (CANDIOTTO e SANTOS, 2009).

Todas as reflexões contribuem de uma maneira ou outra na construção e fortalecimento de conceito da territorialidade quanto na “cultura, língua falada como crenças religiosas e sinais” é por isso que inúmeras pessoas acham que aquela é considerada como uma poderosa ferramenta geográfica de controle social pelo controle de uma determinada área.

Para Raffestin, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e / ou produtivas (RAFFESTIN, 1980). Ele afirma que:

-A territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional - sociedade – espaço - tempo em vias atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] Ela se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas conceber a territorialidade como uma simples ligação como o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferencia, com os outros atores. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder (RAFFESTIN, 1980, p. 160 - 162).

O autor insiste na multidimensionalidade, a experiência vivida da população sobre o território. Ele vai mais longe para explicar o sistema tridimensional da territorialidade a saber sociedade – espaço - tempo. Isso quer dizer esta trilogia é o pilar da territorialidade. No sentido mais amplo sem estes elementos a territorialidade não vai ser manifestada em todas as escalas. De acordo com Little (2002), a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Ou seja, o sujeito se apropria, territorializa o espaço. Assim, o sujeito se sente pertencente àquele território, envolvendo não só as relações no e com o ambiente, mas também os significados que seus

habitantes atribuem a este lugar (LITTLE, 2002). Então, a coletividade tem um papel importante na construção da territorialidade porque o esforço é fruto da coletividade.

Para Dematteis (2008), a territorialidade deve englobar ações coletivas e se fundamentar em estratégias de inclusão, e sob esta perspectiva o autor propõe um modelo de sistema local territorial (Slot) composto por quatro elementos fundamentais apresentados no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Elementos fundamentais do sistema local territorial

Sistema local territorial (Slot)	Elementos fundamentais
A rede local de sujeitos:	que envolve a rede de interações entre os atores sociais de forma individual e coletiva
O <i>-milieu-</i> local:	que engloba o conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento local no contexto territorial;
A interação entre a rede local de sujeitos, o <i>-milieu-</i> e os ecossistemas locais:	que gera os processos de transformação simbólica e material do ambiente;
A interatividade	entre as redes locais e globais.

Fonte: Adaptado de DEMATTEIS, 2008.

Tal modelo envolve as relações dinâmicas entre as pessoas, a economia, a cultura, as instituições e o ambiente, que são “próprios do território onde se habita, se vive e produz” (DEMATTEIS, 2008 p. 34), e foi utilizado para embasar parte da análise de dados obtidos neste estudo. Ao retomar as palavras de Raffestin numa visão mais ampla segundo ele, a territorialidade é o “conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com exterioridade e alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1988 apud HAESBAERT, 2006). Portanto, o homem é o elemento central da territorialidade referindo-se aos autores.

4.2 Poder

Nesta sessão abordamos o termo “Poder” que é um elemento importante na nossa discussão. Como o território e a territorialidade, o poder merece ser abordado. É preciso, antes de qualquer coisa, conhecer a etimologia da palavra poder, que vem do latim *vulgar potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, “ser capaz”; “autoridade”. Dessa forma, na prática, a etimologia da palavra poder torna sempre uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle, regulação etc. (FERREIRINHA E RAITZ). O poder é a palavra rebelde a qualquer definição (Raffestin 1993 [1980]).

Ainda Raffestin (1993) sintetiza muito bem os propósitos de Foucault (1976) logo de início destacamos a ambigüidade do termo poder, mesmo que seja só porque pode ser escrito com maiúscula ou com minúscula. [...] Portanto ele não é um nome comum ordinário, uma vez que podemos investi-lo ou privá-lo de uma carga impressiva específica, conforme as circunstâncias. Marcado com uma maiúscula, resume a história de nossa equiparação a "um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado".

Temos aí, portanto, o relaxamento do termo. O poder com uma letra minúscula postula, "como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais" (FOUCAULT, 1976 *apud* RAFFESTIN,1993). O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder nome próprio. Esconde – se tanto melhor quanto mais for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração de homem (Ibid, p.52).

Nesse sentido, o autor salienta a dificuldade da definição de palavra "poder" e trazer explicações tanto escrever para o maiúsculo como no minúsculo e tomar em considerações diversos sentidos da utilização. Mas longe Raffestin (1993) continua para enfatizar que o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros criam um campo: o campo do poder.

Numa tentativa de precisar o poder, Raffestin (1993), à luz de Foucault (1976), fez uma série de proposições. Elas não o definem no quadro 3, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam a natureza do poder. O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (FOUCAULT, 1976 *apud* RAFFESTIN, 1993).

Quadro 3 – Natureza do poder

Natureza do poder
1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações- (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade.

Fonte: Adaptado de Foucault, 1976 *apud* Raffestin, 1993.

Podemos dizer que toda relação é ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. As proposições feitas pelo autor explicam claramente a natureza do poder e as suas diferentes relações. Além disso, ele enfatiza alguns pontos importantes do poder e destaca outros tipos de relações relacionandas para este.

Haesbaert (2010), por sua vez, acredita que o poder é uma relação e que esta relação, ainda que desigual, não tem um "centro" unitário de onde emana o poder. Além disto, o poder é também "produtivo", como no poder disciplinar estudado pelo autor em relação às prisões, às fábricas, a sexualidade (HAESBAERT, 2006). Em outros termos, para Raffestin (1993), pode-se dizer que o poder, quanto aos meios mobilizados, é definido por uma combinação variável de energia e informação. Com esses dois elementos presentes, é possível dizer que há poderes com forte componente energético ou, inversamente, poderes com forte componente informacional. O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas (RAFFESTIN, 1993). Sem estes elementos citados em cima pelo autor, a saber: energia e informação, o poder é visto como um poder fraco e esta fraqueza poderia conduzir ao poder sob um ângulo ruim e torna-se incontrolável. Quando há uma má gestão do poder isso vai contribuir na destruição de todos os elementos construídos anteriormente para a manutenção do poder.

Segundo Alvarez (2015) o poder é um somatório de aspirações e desejos de signos que se manifestam e se realizam continuamente em multitemporalidade, e de forma multiescalar, atuando sob qualquer contexto. O poder é movimento, e ação que se realiza sobre outra ação, e um componente social que está sempre vivo, realiza-se o todo instante e em todo espaço social. Isto contribui decisivamente para razão das ações e das materializações se cristalizam em espaço e também em território. O poder, estratégia gestada por um indivíduo, grupo ou classe, cuja, finalidade e antes de tudo se promover e promover ações que viabilizem a inércia e a reprodução da hegemonização, que mantenha ou dificulte a possibilidade de movimento que se traduza em mudança ou quem sabe, na revolução (ALVAREZ, 2015). O poder em sua essência é sobretudo a mudança e ajuda a promover atividades que possam alcançar uma mudança efetiva, adotando estratégias eficazes em todas as escalas.

Michel Foucault na perspectiva de explicar o que é o poder na sua obra intitulada: "*Microfísica do poder*" ele fala na seguinte forma e argumenta claramente ao dizer:

O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para construir um poder político, uma soberania política. Neste conjunto teórico a que me refiro a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica

que seria a ordem da troca contratual. Ainda segundo o autor o poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe (FOUCAULT, pp.174-175).

Pela construção do poder cada indivíduo deve participar no processo para garanti-lo e cada indivíduo tem seu papel nesta construção. A estratégia do poder deve ser bem planejada para manter a soberania política e no mesmo tempo construir um poder político forte. Para alcançar tudo isto, o território deve ser tido em conta porque é a base de todo o poder. Sem o planejamento territorial apropriado, o exercício do poder é condenado ao fracasso. Assim, para uma gestão eficaz do poder, a política territorial é essencial.

4.3 Circuitos espaciais da economia urbana:

A teoria dos dois circuitos da economia urbana foi apresentada por professor Milton Santos, na década 1970, como uma nova proposta de leitura da organização do espaço nos países de terceiro mundo, sendo considerada, assim, como uma ferramenta subsidiária do planejamento regional e urbano desses países. Assim, a partir de meados do século XX, a intensificação do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, caracterizou-se, dentre outros fatores, pelas grandes limitações na capacidade empregatória por parte de setores intensivos em capital e pela proliferação da pobreza e de uma gama de atividades urbanas de baixa produtividade que acolhiam grande parte da força de trabalho que se multiplicava nas cidades desses países (MONTENEGRO, 2012).

No período atual os municípios brasileiros obrigam muitas atividades e as quais relacionadas à economia urbana vale importância de explicar os circuitos espaciais da economia urbana que permite de compreender melhor o espaço urbano. De fato, o município de Marituba abriga diferentes divisões do trabalho que coexistem e que estabelecem, por sua vez, relações com seu meio construído. Segundo Montenegro (2014) estas divisões do trabalho coexistentes compreendem circuitos da economia urbana que se distinguem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização assumidos pelas atividades urbanas. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluído sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior (SANTOS 1975 apud MONTENEGRO, 2014). Entender a urbanização da cidade à luz dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 1975) -é útil compreender as relações externa da cidade, sendo, portanto, esses dois elementos- (técnica e organização) os dois principais fatores diferenciadores de tais atividades. Entretanto, no quadro 4, o autor apresenta as características de dois circuitos da economia urbana.

Quadro 4 – Características de dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

CARACTERISTICAS	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITOS INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos a discussão entre vendedor e comprador (haggling).
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo).	Elevada por unidade, mas pequena na relação ao volume de negócios.
Relação com a clientela	Impessoais e/ou com papeis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezível
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização de bens	Nula	Frequente
Overhead do capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior.	Reduzida ou nula

Fonte: Santos, 2008.

Observando o quadro 4 podemos enfatizar que os elementos do circuito superior são aqueles que desenvolvem as atividades relacionadas aos bancos, comércios, indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Agentes do circuito inferior, por sua vez, são aqueles que atuam atividades voltadas, principalmente, aos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão. Segundo Trindade (2015), reconhecer certos agentes torna-se essencial para compreender a produção do espaço como resultante da ação de diferentes sujeitos (TRINDADE, 2015).

A realidade dos circuitos da economia urbana torna-se cada vez mais complexa tendo em conta a evolução das cidades. No dizer de Montenegro (2014):

-Se um lado, o território brasileiro se transforma cada vez mais como um arena de produção modernas e globalizadas, abrigando um denso circuito superior; por outro lado, este não deixa de estar acompanhado de um profuso circuito inferior também em expansão. E enquanto o circuito superior afirma crescentemente seu caráter poupador de mão-de-obra; o circuito inferior, em sua diferentes formas de organização, micro empresas pouco capitalizadas, prestadores de pequenos serviços, pequenos comércios,

pequenos negócios domésticos, vendedores ambulantes etc – vem se consolidando, cada vez mais, como o abrigo e o fornecedor de ocupação e renda para grande parte da população pobre metropolitana. Verifica-se, assim, um processo de rearranjo da divisão do trabalho intra urbana nas grandes cidades brasileiras, na medida em que ocorre uma expansão das atividades realizadas pela parcela pobre de sua população (MONTENEGRO, 2014, pp. 18-19).

Os dois circuitos são presentes em quase todas as economias quanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos. De acordo com Spósito (1996) outra característica de dois circuitos da economia urbana e que ela pretende uma abordagem principalmente a partir de e para os países subdesenvolvidos (SPÓSITO,1996). Entretanto, a organização de cada um deles varia de um país a outro em função mesma da organização do sistema econômica do país. Deste ponto de vista, Santos (2008) afirma que cada um dos circuitos tem uma origem. Um dos dois é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 2008, p.38). Este mesmo autor vai mais longe para concluir:

[...] Sem dúvida, é necessário distinguir os países de velha civilização urbana daqueles que só conheceram esse fenômeno recentemente ou mesmo recentemente. Nos primeiros, o fenômeno da modernização tecnológica cria estruturas novas que se impõem as estruturas preexistentes nas cidades, provocando sua modificação ao contato com novas realidades. Nos outros, a modernização tecnológica cria de um só golpe as duas formas integradas de organização econômica urbana. Mas, em todos casos, o fenômeno de dois circuitos está presente (SANTOS, 2008, p.38).

Na compreensão do autor há uma clara diferença entre os países de velha civilização e aqueles que conheçam recentemente este fenômeno na sua abordagem no caso dos circuitos da economia urbana. As abordagens serão sempre diferentes enquanto houver países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Na mesma veia, Santos (2008) enfatiza que o exame das características de cada um dos dois circuitos evidencia uma oposição entre ambos. Em contrapartida, no interior de cada circuito, tecnologia, organização, porte da atividade, regime e volume de emprego, recurso ou não à publicidade etc. Aparecem como elementos dotados de uma lógica interna. O circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região (SANTOS, 2008).

Assim, para Silveira (2009), dessa maneira, o circuito superior ganha autonomia, mas não independência, por estar unido ao resto da sociedade por uma relação de necessidade. Para ampliar os lucros, seus agentes precisam vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais pobres pelo baixo grau de tecnologia, capital e organização, o circuito inferior, que se desenvolve onde o meio construído está mais desagradado, pode oferecer produtos mais simples, essenciais ou supérfluos, criativos ou imitativos a uma população que não tem acesso aos produtos da economia superior (SILVEIRA, 2009).

No mesmo sentido, Montenegro (2014) está ligado a dizer "o circuito superior beneficia - se, assim não apenas da possibilidade de criar a demanda e de incitá-la por diversos canais, sobretudo através uma propaganda altamente sofisticada que impele ao consumismo, mas favorece-se também de uma estratégia de financeirização e endividamento desses potenciais consumidores. Estabelece - se, deste modo, uma combinação entre uma publicidade que ativa o mercado e um crédito que catalisa o consumo" (LOPES DOS SANTOS 2007 *apud* MONTENEGRO 2014).

No esforço de aprofundar ou atualizar a teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta pelo professor Milton Santos na década 1970 do século XX, Montenegro tenta adaptando - la com a nova realidade do Brasil e como vários autores brasileiros, ela entende contribuir na atualização desta teoria como o caso de Silveira (2004, 2007). Em suas investigações recentes, a autora analisa as novas composições e as novas dinâmicas dos circuitos superior, superior marginal e inferior em diferentes cidades brasileiras.

-Segundo Silveira (2007b), podemos reconhecer no circuito superior os próprios motores da mais nova divisão territorial do trabalho que se pauta sobre conteúdos intensivos em técnica, ciência, informação e finanças, ou seja, sobre as variáveis determinantes da globalização. Contudo, no período atual essas mesmas variáveis tornam-se também dominantes na medida em que atingem e remodelam as demais divisões territoriais do trabalho, ou seja, os circuitos inferior e superior marginal (SILVEIRA, 2004; 2007a; 2007b). Além disso, qualquer política de planejamento ou organização do território necessariamente passa por um melhor conhecimento do papel dos componentes, da articulação dos mecanismos das economias urbanas (COUTSINAS, 1975).

O circuito inferior, como o circuito superior não se articulam da mesma forma que é porque eles estão em oposição e suas características são diferentes. Se o primeiro obtém seus suprimentos da cidade e de suas regiões periféricas, o segundo, se abastece longe da cidade e de

suas regiões periféricas. Os dois circuitos se completam enquanto permanecem diferentes um do outro.

Os conceitos Território, Territorialidade e Poder têm ligação à agricultura urbana e periurbana e nos permitem entender melhor sua contribuição no desenvolvimento local de Marituba. No caso da nossa pesquisa no município de Marituba do Pará, tal ligação se faz sentir quanto nas entrevistas com hortaliças como nas observações da área de estudo e também no tecido social através das relações dos moradores do município nas suas falas que descrevem seus sentimentos de pertencimento ao território que eles habitam. Deste ponto de vista, podemos dizer que a ligação falando expressa-se num sentido ou outro no município. Assim sendo, antes de abordar profundamente a ligação que tem entre AUP e esses conceitos, parece evidente entender o conceito geral da geografia que é o espaço.

Para Milton Santos, o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2017). Assim, compreendemos o espaço geográfico, ultrapassando seus limites físicos e abrangendo a própria natureza da formação econômica social. O espaço tem uma natureza historicamente determina, onde todos os seus elementos são arranjados de acordo com a lógica de modo de produção a que pertence (MOREIRA, 1979 apud RODRIGUEZ, 1980).

A compreensão dos autores sobre o espaço geográfico mostra claramente a importância desta categoria principal da geografia e, no mesmo tempo, permite nós entender os outros elementos na lógica de produção. Assim, o território maritubense, sua territorialidade e poder na sua ligação à agricultura urbana e periurbana merece uma olhada peculiar para compreender melhor a contribuição desta agricultura no desenvolvimento local deste município.

Partindo dessa compreensão do espaço geográfico é mais fácil estabelecer a ligação entre agricultura urbana e periurbana e o território, territorialidade e poder que é fundamental no nosso caminhar. Assim, o território, como salienta vários autores na discussão em cima, é a categoria de análise do espaço geográfico que tem ligação direta às questões agrícolas porque ninguém pensa à agricultura sem pensar, no mesmo tempo, ao território que está produzindo porque os dois andam juntos. A territorialidade, por sua vez, desse modo, pode ser compreendida como uma “estratégia geográfica” com a qual “se controla pessoas e coisas através de controle de áreas”, “ela é também uma expressão geográfica primária de poder social (SACK, 2011). No dizer

do autor podemos concluir que a ligação da agricultura e territorialidade se explica na estratégia de produção diferentes culturas no município de Marituba. Desta maneira podemos enfatizar também que a territorialização é um processo que envolve atores, ações nas quais eles se engajam, relações múltiplas e cotidianas na forma de jogos de alianças ou de redes, práticas objetivas e subjetivas em referência a escalas espaciais diferentes (TEISSERENC, 2010). Então, territorializar – se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder nossa produção enquanto grupo sociais para algum também enquanto indivíduos, poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de "dominação" e "apropriação" o mesmo tempo (ARÚJO, 2012).

O poder, por sua vez, é um elemento importante na organização e na gestão do território digamos assim, no planejamento territorial porque sem um bom planejamento no município vai ter dificuldade para fazer distribuições das atividades. E AUP para que ela possa desempenhar seu papel no desenvolvimento local o espaço do município deve planejar. Assim, AUP tem ligação ao poder porque aquela distribuição do espaço geográfico no município leva em conta AUP como o caso de outras atividades. A decisão de planejar vem diretamente do poder e sem ele não podemos fazer um bom planejamento. Além disso, o poder define a relação de todas as atividades relacionando à vida cotidiana no dizer de Raffestin: "o poder se manifesta por ocasião da relação". Considerando tudo isso no sentido da ligação da agricultura urbana e periurbana ao poder vale a pena tal ligação no contexto da AUP no município de Marituba do Pará.

AUP é de uma suma importância na cotidiana dos agricultores de Uriboça de Marituba do Pará. Tal importância merece um interesse capital para entender esta questão e isso vai possibilitar nos também de entender melhor sua contribuição no desenvolvimento local desse município. Para abordar cuidadosamente AUP seria importante dedicar um capítulo inteiro não somente para descrever essa prática mas também compreender o papel desta agricultura no cotidiano dos agricultores. O capítulo a seguir vai apresentar AUP no bairro Uriboça e diferentes elementos referentes.

SEGUNDO CAPÍTULO

5. Papel das forças sócio espaciais da agricultura urbana e seus efeitos sobre o ambiente urbano

Neste capítulo tenta analisar o papel das forças socioespaciais da agricultura urbana no bairro Uriboça - município de Marituba do Pará. Assim, privilegiamos esta vertente que é um elemento importante na nossa discussão. Para abordá-lo, desenvolvemos ao longo deste capítulo as dimensões socioeconômicas, sociopolíticas e socioambientais para uma compreensão ampla da agricultura no bairro Uriboça. Em seguida, discutimos a relação entre agricultura e ambiente urbano mas também identificar diferentes aspectos desta agricultura e os efeitos sobre o ambiente, bem como a percepção dos agricultores sobre esta agricultura.

5.1 Papéis socio espaciais da agricultura urbana

Para definir papéis socioespaciais da agricultura urbana no bairro Uriboça consideramos aspectos socioeconômico, sociopolíticas e socioambientais. No cada um dos aspectos certos parâmetros são definidos no trabalho de campo que levam em conta a realidade dos agricultores.

Durante o nosso trabalho de campo, observamos que as potencialidades da AUP mencionadas no âmbito estão em sintonia com as apresentadas pela agricultura no bairro de Uriboça e participam num processo ampla que leva em conta os aspectos sociais e espaciais desta atividade. Assim, a agricultura urbana desempenha um papel considerável na tomada de decisões das famílias devido à importância de que se reveste esta atividade no bairro Uriboça. A partir desta constatação, podemos dizer que a AUP tem um papel socioespacial bem determinado que pode contribuir grandemente para o desenvolvimento local deste bairro.

5.1.1. Dimensão sociopolítica

Agricultura urbana e periurbana representa uma força importante na vida dos agricultores do bairro de Uriboça e é incontestavelmente um elemento que chama atenção mais de um é por isso torna-se importante de compreender melhor esta atividade e analisar sua dimensão sociopolítica. Conforme Ferreira (2013) AUP é uma atividade social que abrange cultivo, produção, processamento de produtos de alimentos e circulação, e seu grau de integração aos ecossistemas urbano e /ou periurbano contribui significativamente para sua conceituação

(FERREIRA, 2013). Nesse caso é importante entender a dimensão sociopolítica dessa agricultura. Assim, apresentamos na tabela 3 os benefícios sociopolíticos da agricultura urbana e periurbana.

Tabela 3 – Benefícios sociopolíticos da AUP

Benefícios sociopolíticos	Mais ou menos		Bastante		Total	
	N₁	%	N₂	%	N_T	%
Ferramenta de proteção social	5	25	15	75	20	100
Ferramenta de inclusão social	7	35	13	65	20	100
Diminuição de desigualdade	4	20	16	80	20	100
Necessidade de poucos técnicos para desenvolver projetos	6	30	14	70	20	100

Fonte: Autor, julho 2019.

Observando a tabela 3 a dimensão sociopolítica apresenta potencialidades da agricultura urbana que é considerada como uma ferramenta de ascensão social porque ela diminui a desigualdade social e fortalece a inclusão social. Além disso, não necessita muitos técnicos para iniciar esta atividade. Graças sua multidimensionalidade, agricultura urbana e periurbana contribui no desenvolvimento socioespacial

5.1.2 Dimensão socio econômica:

A dimensão socioeconômica como salienta Boulianne, Olivier d'Avignon e Galarneau (2010) permite a sobrevivência dos grupos humano e contribuiu muito na tomada de decisões das famílias. Assim sendo, esta dimensão pode definir segundo eles como:

-Sendo o conjunto das atividades de produção, de troca ou de consumo de bens ou de serviços que contribuem para assegurar a subsistência de grupos humanos-. Estas não se veem reduzidas apenas às atividades monetárias e mercantis-. -Nesta óptica, as atividades de AU são evidentemente consideradas como atividades econômicas, independentemente de terem objetivos comerciais ou de se tratar de autoprodução-. -Partindo daí, relevam da dimensão socioeconômica da agricultura urbana os elementos relacionados com os processos de produção, os circuitos nos quais circulam os gêneros alimentícios resultantes dessa produção, aos usos que deles são feitos e aos seus benefícios no plano monetário ou nutricional (BOULIANNE, OLIVIER D'AVIGNON E GALARNEAU, 2010, S/n).

Para os autores, o aspecto econômico da agricultura urbana tem a ver com todos os processos desde a produção até o consumo e também todos os parâmetros relacionados. Desta

forma, podemos dizer que a AUP oferece muitos benefícios econômicos que podem ajudar a população a desenvolver sua autonomia e viver de suas atividades.

Para compreender melhor os benefícios socioeconômicos da AUP no bairro Uriboça quatro parâmetros foram escolhidos. A tabela 4 apresentam os parâmetros com respostas dos agricultores.

Tabela 4 – Benefícios socioeconômicos da AUP em Uriboça

Benefícios socioeconômicos	Mais ou menos		Bastante		Total	
	N₁	%	N₂	%	N_T	%
Oferecer um meio de aprendizagem em hortaliças	3	15	17	85	20	100
Educar a adoção de práticas alimentares saudáveis	5	25	15	75	20	100
Oferecer alternativa ao abastecimento comercial	1	5	19	95	20	100
Contribuir à luta contra insegurança alimentar	2	10	18	90	20	100

Fonte: Autor, julho 2019.

Referindo-se à tabela 4 os benefícios socioeconômicos da AUP são consideráveis tendo em conta os dados relacionados em todos os itens apresentados. Constatamos que na coluna "bastante" cuja variação está entre 75% e 95%-, isso -mostra como AUP contribui na melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores. A entrevista com os agricultores permite-nos concluir que esta atividade participa no fortalecimento da vida socioeconômica deles.

Estes argumentos são -confirmados por Arruda (2011) quando cita: "a agricultura está entre as principais vocações econômicas de muitos espaços urbanos e metropolitanos. Sua proximidade com o mercado consumidor faz dela uma atividade dotada de grande potencial de crescimento e os benefícios, relacionados são múltiplos e envolvem notadamente questões como saúde, nutrição, combate à pobreza (ARRUDA, 2011)". Tal afirmação mostra claramente a relação positiva que existe entre as atividades da AUP e os benefícios socioeconômicos relacionados. Assim, sua contribuição na vida dos agricultores é evidente e leva em conta outras responsabilidades sociais. Deste constato podemos dizer que AUP tem um papel imprescindível no abastecimento comercial e sobretudo na contribuição na luta contra insegurança alimentar também desempenha uma cultura rica em educação de práticas alimentares saudáveis que é um elemento importante na divulgação de bom método.

Do mesmo modo, -Mougeot (2000) demonstrou na agricultura urbana que a produção e a venda (inclusive o -processamento) tendem a estar mais inter-relacionados no tempo e no espaço, graças à maior proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápido. As economias propiciadas pela concentração geográfica prevalecem sobre as propiciadas pela escala de produção, que não costuma ser grande (MOUGEOT, 2000). Assim, ao retomar a palavra de Arruda (2006) constata-se que a modernização agrícola foi bastante perversa e seu lado mais conhecido foi a migração do homem do campo para a cidade, ou o empobrecimento gradativo do pequeno produtor o que o obriga a abandonar e vender sua propriedade. Em consequente, atualmente, tem havido forte interesse econômico em torno de atividades agrícolas especializadas que, cada vez mais, estão sendo encaradas como um negócio lucrativo (ARRUDA, 2006). Assim sendo, o interesse manifesta-se cada vez mais para essa atividade porque ela contribui à luta contra insegurança alimentar e oferece alternativa ao abastecimento comercial.

5.1.3 Dimensão socioambiental

O aspecto ambiental é importante nesse contexto porque diante desta realidade Uribocha na prática da agricultura participa num processo ampla que contribui significativamente na melhoria do ambiente urbano por meio das parcelas agrícolas, plantas medicinais e ornamentais. A tabela 5 apresenta os benefícios socioambientais da agricultura urbana.

Tabela 5 – Benefícios socioambientais da agricultura urbana e periurbana

Benefícios socioambientais	Mais ou menos		Bastante		Total	
	N ₁	%	N ₂	%	N _T	%
Promover comportamentos favoráveis ao ambiente	5	25	15	75	20	100
Contribuir à embelezar a comunidade	4	20	16	80	20	100
Sensibilizar às problemáticas do ambiente	3	15	17	85	20	100

Fonte: Autor, julho 2019.

Referindo-se à tabela 5 constatamos que 75% dos agricultores entrevistados estão promovendo bastante um comportamento favorável do ambiente contra 25% outros que fazem o mesmo trabalho em menor grau. Além disso, este mesmo cenário está observado nas duas outras colunas dos benefícios socioambientais da AUP com percentagens 80% e 85% bastante e 20% e 15% em menor grau. Esta prática contribui para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e aumentar a resiliência urbana do ambiente e contribui à melhoria a paisagem urbana lembra-se o relatório de Brundtland (1987)⁵ também conhecido como "Nosso futuro comum" a questão ambiental é cada vez mais na atualidade e muitos Estados cuidam desta questão para preservar o ambiente a diversidade. Corroborar-se com Melo (2016) o ambiente urbano é frequentemente rico em espécies da flora e da fauna e pode ser bastante incrementado pelas iniciativas do desenvolvimento de práticas agrícolas e ambientais que funcionam de forma eficiente e sustentável, desde que estejam ligadas a todos os processos de manejo do meio ambiente, incluindo os fatores relacionados à ecologia e à biodiversidade (MELO, 2016). O autor enfatiza o papel socioambiental da agricultura no meio ambiente urbano e no mesmo tempo sublinha sua importância no mantendo um ambiente saudável. Assim sendo, numa perspectiva ao prazo agricultura no bairro Uriboca continua ser um elemento importante para o bairro e o município todo porque ela desempenha um papel considerável na melhoria do ambiente urbano.

Outro aspecto que podemos salientar, os agricultores adotam práticas agrícolas que respeitam o ambiente, privilegiam adubo orgânico. Por isso, cada agricultor possui um espaço próprio de produção chamado "canteiro" e no mesmo espaço cada um deles tem uma casinha (figura 3) para colocar adubo orgânico (excrementos de galinhas) para sua parcela agrícola. Além dos excrementos de galinhas, tem outras fontes de adubo orgânico mas ainda não explorada com os agricultores. Os lixos domésticos são uma fonte importante de adubo orgânico que pode ajudar

⁵ No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. A comissão foi criada em 1983, após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades". O documento foi publicado após três anos de audiências com líderes de governo e o público em geral, ouvidos em todo o mundo sobre questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Foram realizadas reuniões públicas tanto em regiões desenvolvidas quanto nas em desenvolvimento, e o processo possibilitou que diferentes grupos expressassem seus pontos de vista em questões como agricultura, silvicultura, água, energia, transferência de tecnologias e desenvolvimento sustentável em geral (JAPIASSÚ & GUERRA, 2017, revista de direito da cidade vol.09, -nº4. ISSN 23177721 pp. 1884-1901).

os agricultores na melhoria das práticas agrícolas sem perturbar ao meio ambiente. Na mesma maneira que eles utilizam excrementos de galinhas, eles podem aproveitar dessa fonte que é muito econômica. O adubo orgânico é importante no processo produtivo dos agricultores porque esse material é rico em elementos nutritivos pela planta e ajuda o cultivo a crescer sem ter efeitos negativos sobre o sol. Além desses benefícios, ele participa na construção de um ambiente saudável. Ele também aumenta a renda das parcelas agrícolas e isso contribui para a sustentabilidade dessa atividade.

Figura 3 – Casinha de adubo orgânico



Fonte: Autor, julho 2019.

5.2. Agricultura e ambiente urbano

A produção agrícola é muito importante para o município de Marituba do Pará na disponibilidade alimentar e geração de renda e isso contribui também no desenvolvimento local deste município. Esta atividade melhora o ambiente urbano que considera como um bem comum para todos os habitantes que moram nesse espaço. Mas também, ela tem efeitos positivos no ambiente urbano porque ela traz elementos interessantes- para o ambiente e ajuda a construir um ambiente mais sustentável porque a questão ambiental torna-se o elemento central que chama atenção cada vez mais na atualidade em razão da sua fragilidade. Assim, apresentamos na tabela 6 a compreensão dos agricultores sobre agricultura no ambiente urbano.

Tabela 6 – Compreensão dos agricultores sobre o ambiente urbano

Compreensão dos agricultores sobre AUP	Menor		Maior		Total	
	N ₁	%	N ₂	%	N _T	%
A produção agrícola tem um papel importante na cidade	2	10	18	90	20	100
Esta atividade melhora o ambiente urbano	1	5	19	95	20	100
AU tem um efeito positivo sobre o ambiente urbano	3	15	17	85	20	100

Fonte: Autor, julho 2019.

Referindo-se à tabela 6, de acordo com as três perguntas sobre a compreensão dos agricultores sobre o ambiente urbano agricultura urbana e suas compreensões sobre isso, podemos afirmar que para a primeira pergunta intitulada: a produção agrícola tem um papel importante na cidade. 90% deles respondem positivamente contra 10%. Para a segunda: esta atividade melhora o ambiente urbano. 95% deles respondem positivamente contra 5% e para a última: -AUP tem efeito positivo sobre o ambiente. 90% deles respondem positivamente contra 10%. Percebe-se que na opinião deles, na maioria dos casos, compreenderam a importância da agricultura no meio ambiente.

Pela mesma razão, a fragilidade do ambiente urbano explicou-se em parte pelo aumento da população que mora na cidade. Neste sentido, agricultura contribuiu no bem-estar da população de Marituba. Apesar da prática da agricultura -na cidade diminuiu o espaço urbano -mas contribuiu ao bem-estar das pessoas. Além disso, a produção das plantas ornamentais desempenha um papel

importante na beleza da cidade tanto nos espaços elas estão produzidas como nos -espaços privados ou públicos. Mas também as plantas medicinais contribuem na luta contra doenças e sobretudo na fabricação de medicamentos.

A compreensão do meio ambiente é importante e dessa forma como afirma Urban Environmental Research Institute (2008 apud Gomes, 2016), existe três dimensões para a compreensão do ambiente urbano que são: o ambiente natural, o socioeconômico e o construído. Na compreensão do Gomes (2016), o ambiente natural são todos os recursos, processos e efeitos relacionados a fauna e flora, seres humanos, minerais, terra, água, ar, etc. O ambiente construído por sua vez, é formado por recursos, processos e efeitos relacionados às construções, moradias, estradas, eletricidades, suprimento de água. E o ambiente sócio-econômico tem a ver com os recursos, processos e efeitos das atividades humanas, a educação, saúde, artes e cultura, economia e negócios e estilo de vida urbanos, em geral (URBAN ENVIRONMENTAL MANAGEMENT RESEARCH INSTITUTE, 2008 apud GOMES, 2016).

Por estar integradado do ecossistema urbano como salienta Gomes (2016), a agricultura pode ser considerada como um fenômeno universal, pois sua prática está presente nas sociedades desde o surgimento das cidades seja em maior ou menor escala, em diversos contextos sociais e em diversas épocas, relacionando-se e modificando o espaço urbano (GOMES, 2016). Para o autor, é evidente AU tem esta consideração porque cada vez mais está presente nas várias situações também nas várias épocas na cidade e responde às necessidades alimentares das pessoas. Referindo-se ao autor citado há uma relação íntima entre as três dimensões do ambiente. Além dessa relação cada dimensão está interligada para o bom funcionamento do ambiente. Assim, a compreensão desses elementos ajuda a entender melhor o ambiente urbano.

A produção da agricultura no bairro Uriboça entra numa visão estratégica que ajuda aos agricultores a responder às suas necessidades. Constatou-se em relação aos benefícios das hortas urbanas contribuem para melhorar a vida da comunidade local. Aqui merecem destacar a produção rápida alimentos frescos e de qualidade, incentivo ao mercado local e também o aumento das relações pessoais na comunidade. O quadro 5 apresenta as vantagens da agricultura urbana.

Quadro 5 – Benefícios da agricultura urbana

No	Benefícios da agricultura urbana
1	Produz rápido alimentos frescos e de qualidade
2	Aceitação de produção
3	Complemento de renda
4	Boas vendas
5	Comercialização garantida
6	Facilidade de produção
7	Lucro
8	Ter o próprio negócio
9	Crescimento do mercado
10	Trabalha com o que gosta
11	Liberdade financeira
12	Utiliza técnica com menos gastos
13	Redução das distâncias percorridas pelos alimentos
14	Incentivo ao mercado local

Fonte: Autor, julho 2019.

Os elementos destacam no quadro 5 mostram claramente os benefícios da agricultura urbana e como essa atividade contribui na melhoria da vida dos agricultores e também seu papel no desenvolvimento local do bairro Uriboça. Depois enfrentar diferentes elementos da AUP, concluímos que, apesar das dificuldades encontradas pelos agricultores nessa atividade, ela contribui no desenvolvimento local do município de Marituba.

Agricultura foi sempre uma fonte de alimentação e de riqueza por todo o mundo e continua mesmo na cidade. AU como ela apresenta no bairro Uriboça no município de Marituba do Pará ela contribui na segurança alimentar também na geração de renda. As atividades realizadas pelos agricultores neste bairro mostram claramente que a agricultura tem motivo para estar na cidade.

TERCEIRO CAPÍTULO

6. Relações socio espaciais da produção da agricultura urbana:

Neste capítulo abordaremos diferentes elementos referentes à agricultura urbana e suas práticas no bairro Uriboça - Município de Marituba do Pará. Para chegar, isso far-se-á de maneira seguinte: destacamos a caracterização dos agricultores, o processo de produção, as diferentes estratégias utilizadas para a comercialização dos produtos que é um processo tão importante no processo de produção mas também as dificuldades enfrentadas.

6.1 Caracterização dos agricultores

Agricultura é a principal atividade desses indivíduos, eles não têm emprego, logo, a agricultura torna-se uma fonte de renda para eles e permite respondam às suas necessidades. Segundo as suas próprias informações, eles estão fazendo agricultura desde criança e são proprietários (80%), emprestados (10%) e herdeiros (10%). Para estabelecer uma- caracterização dos agricultores escolhemos os parâmetros seguintes: idade, sexo, escolaridade e estado civil, a fim de conhecê-los melhor. A tabela 7 descreve mais a situação dos agricultores.

Tabela 7 – Caracterização dos agricultores

Descrição	No de pessoas	Percental (%)
Idade (anos)		
Menos de 30	-	-
Entre 30-39	1	5
Entre 40-49	10	50
50 e mais	9	45
Sexo		
Masculino	6	30
Feminino	14	70
Escolaridade		
Primário	6	30

Ensino fundamental	10	50
Ensino médio	2	20
Estado civil		
Solteiro	8	40
Casado	8	40
Viúvo	2	10
Juntos	2	10

Fonte: Autor, julho 2019.

Referindo-se à tabela 7, conforme o trabalho de campo, 5% dos agricultores entrevistados têm ente 30-39 anos, 50% entre 40-49 anos e 45% têm mais de 50 anos. 70% são mulheres e 30% de homens. 50 % têm nível de ensino fundamental, 30% têm nível primário e 20% têm nível de ensino médio. Por fim, 40% são solteiros, 40% são casados, 10% viúvos e 10% juntos.

Cada parâmetro nessa tabela identifica um aspecto específico da caracterização dos agricultores. Observamos que, pelo parâmetro idade, a metade deles têm entre 40-49 anos, e podemos dizer que eles têm potencialidade para trabalhar, mas falta nível de escolaridade, com metade no nível de ensino fundamental, eles têm dificuldade para integrar o mercado de trabalho, mas graças à agricultura, eles conseguem atender suas necessidades praticando essa atividade.

Observou-se que 70% dos agricultores são mulheres, isso explica o relacionamento existente entre esta produção e o aumento do consumo familiar porque elas possuem um papel importante na tomada de decisões familiares. Além disso, essa participação feminina explica-se em grande parte pelas agricultoras que são solteiras e outras agricultoras que são casadas, mas que praticam agricultura porque seus esposos fazem outras atividades. Assim, a AU se revela importante não somente do ponto de vista alimentar, mas também do ponto de vista econômico, na realização de outras tarefas familiares. Isso explica em grande parte a perenização desta atividade.

6.2 Estratégias de produção dos agricultores

Uriboca é um bairro do município de Marituba do Pará onde os moradores praticam agricultura para sobrevivência. Estas atividades desenvolvidas pelos agricultores no bairro se fazem geralmente pela família, onde se utiliza geralmente mão de obra familiar nas parcelas

agrícolas. No período de capina e colheita, eles utilizam mão de obra assalariada para facilitar o trabalho de campo e sobretudo quando tem feiras, para garantir uma boa preparação dos produtos destinados à venda. De acordo com os agricultores, a prática da agricultura é diária, o cotidiano deles começa às 8:00 horas até 12:00 horas, e, depois retorna às 15:00 horas até 18:00 horas, exceto em dias de venda ou quando tem outras atividades familiares mais importantes.

Nesse bairro, os agricultores plantam vários tipos de culturas para responder às suas necessidades alimentares e ao mesmo tempo gerar renda, por meio da venda dos produtos de suas parcelas agrícolas. Deve-se dizer que os agricultores entrevistados cultivam hortas, plantas ornamentais e medicinais e produção de gado. A tabela 8 apresenta o número dos agricultores e em qual atividade eles estão envolvidos.

Tabela 8 – Distribuição das atividades dos agricultores

Atividade	Quantidade	Percentagem (%)
Horta	17	85
Plantas ornamentais e medicinais	2	10
Criação de galinhas	1	5
Total	20	100

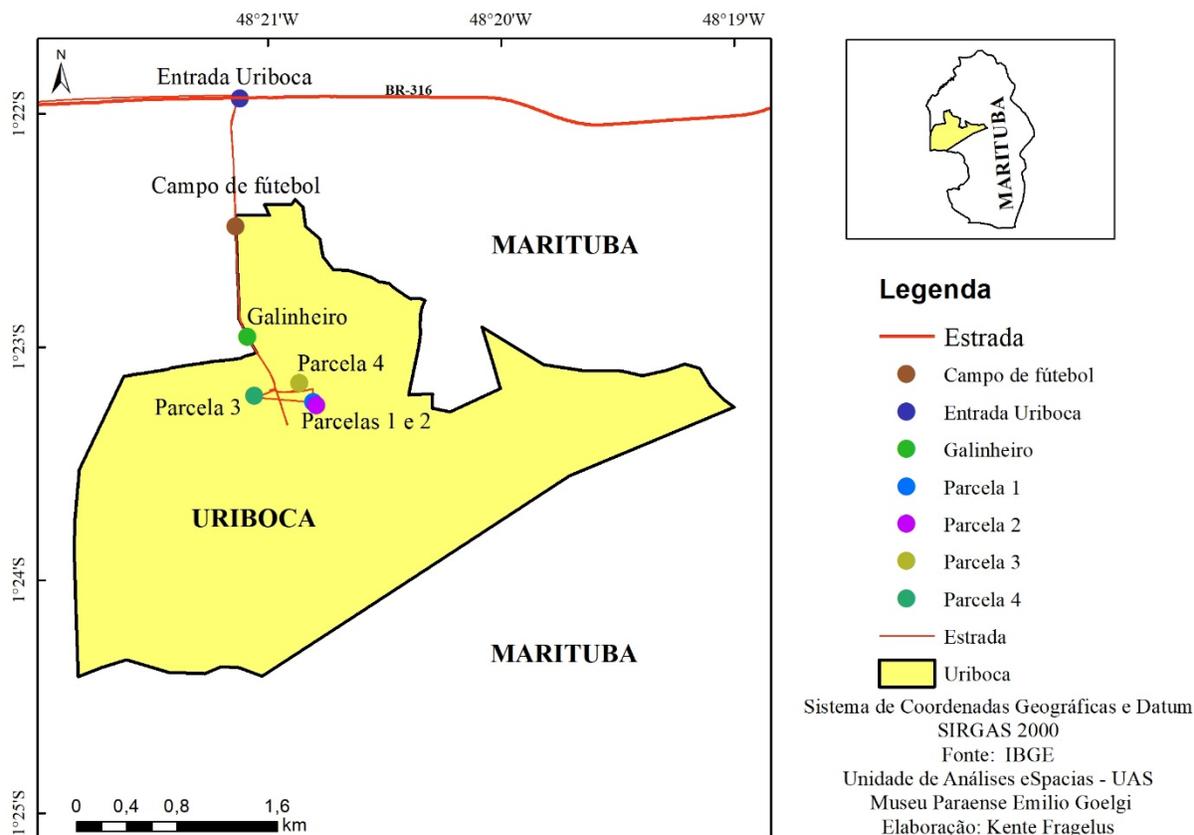
Fonte: Autor, julho de 2019.

Referindo-se à tabela 8, podemos dizer que 17 deles, ou seja, 85% dos agricultores praticam horticultura, 2 deles, 10%, cultivam plantas ornamentais e medicinais e 1, 5%, pratica a produção de galinhas. Esses agricultores, cada um em sua respectiva atividade, trabalham cotidianamente para fazer fecundar sua produção mesmo que eles encontrem dificuldades que os impedem de maximizar seu lucro.

6.2.1 Distribuição geográfica das atividades agrícolas

Para identificar cada uma das atividades dos agricultores fizemos um mapeamento saindo da entrada Uriboça até as parcelas agrícolas, para ter uma melhor compreensão das localizações de todas as atividades. A figura 6 seguinte apresenta o mapeamento das atividades.

Figura 4 – Mapeamento das atividades agrícolas



Fonte: Autor, janeiro 2020.

A figura acima faz a descrição dos lugares que possuem atividades de agricultura, agrupamos e identificamos por meio de GPS para facilitar o entendimento de todos sobre o interesse dessa atividade. Para compreendermos melhor a distribuição das atividades agrícolas (horta, plantas ornamentais e medicinais) o quadro 6, em anexo, apresenta as fotos que ilustram e interpretam a distribuição das atividades agrícolas. As fotos possibilitam observar claramente esta distribuição. Observando o quadro 6 podemos concluir que as fotos apresentam fielmente a distribuição das atividades da horta, das plantas ornamentais e medicinais. Deve ser enfatizado que, em cada uma dessas três atividades os agricultores cultivam produtos específicos tanto na horta como nas plantas ornamentais e medicinais.

Na horta, os agricultores cultivam nove produtos. Esses produtos estão descritos no quadro 7. Cada um dos produtos desempenha um papel importante na economia dos moradores. Portanto, sua comercialização participa muito no fortalecimento dessa atividade.

Quadro 6 – Descrição dos produtos da horta

Horta		
No	Nome comum	Nome científico
1	Alface	<i>Lactuca Sativa</i>
2	Couve	<i>Brassica Oleracea</i>
3	Cebolinha	<i>Allium Schoenoprasum</i>
4	cheiro verde	<i>Petroselinum rispum</i>
5	Jambu	<i>Acmella Oleracea</i>
6	Cariru	<i>Talinum triangulare</i>
7	Cebola	<i>Allium cepa</i>
8	Alfacava	<i>Ocimum basilicum</i>
9	Chicória	<i>Cichorium pumilum</i>

Fonte: Autor, julho de 2019.

No quadro 7 elaboramos a descrição das hortaliças cultivadas pelos agricultores. Os diferentes produtos cultivados permitem aos agricultores responder às suas necessidades e também gerar renda, graças à comercialização de seus produtos. Além da descrição das hortaliças, fazemos também a das plantas ornamentais e medicinais apresentadas no quadro 8.

Quadro 7 – Descrição das plantas ornamentais e medicinais

Plantas ornamentais		
No	Nome comum	Nome científico
1	Cactos	<i>Echinocactus grusonii</i>
2	Croton	<i>Codiaeum variegatum</i>
3	Coroa-de- cristo	<i>Euphorbia milii</i>
4	Rosa do deserto	<i>Adenium obesum</i>
5	Begônia	<i>Begonia elatior</i>
6	Palmeira	<i>Chrysalidocarpus lutescens</i>
7	Bromelias	<i>Guzmania ligulate</i>
8	Dracena	<i>Dracaena fragrans</i>
9	Primavera bougainville	<i>Bougainvillea glabra</i>
10	Orquídea-grapete	<i>Spathoglottis unguiculate</i>
Plantas Medicinais		
1	Mastruz	<i>Dysphania ambrosioides</i>
2	Hortelã	<i>Mentha spicata</i>
3	Manjeriço	<i>Ocimum basilicum</i>
4	Babosa	<i>Aloe Vera</i>
5	Citronela	<i>Cymbopogon nardus</i>
6	Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i>
7	Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>
8	Canela	<i>Cinnamomum zeylanicum Blume</i>
9	Capim marinho	<i>Cymbopogon citratus</i>

10	Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i>
11	Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i>
12	Cravo-da-índia	<i>Syzygium aromaticum</i>

Fonte: Autor, julho de 2019.

As plantas ornamentais, por sua vez, contribuem na beleza das casas e podem ser utilizadas em outros tipos de atividades de entretenimento. A grande dificuldade enfrentada com essa atividade é o transporte quando tem feira porque elas não têm carro para transportar as plantas, obrigam a pagar para ir às feiras. As plantas medicinais têm uma importância incrível na cura de doenças. Essas plantas são de utilidade excepcional e ajudam a prevenir muitas doenças. Seus benefícios são bem conhecidos em todo o mundo.

6.3 Descrição das parcelas agrícolas ou processos de produção

A parcela agrícola é composta por vários canteiros alinhados um após o outro e têm uma forma retangular. Em cada canteiro⁶ (figura 5) é plantado uma mesma cultura, segundo a preferência do agricultor. Antes de cultivar o canteiro, o agricultor monta um viveiro em um canteiro especial e depois cuida do viveiro que chegou a uma certa maturidade para transplante aos canteiros destinados a receber as plantas jovens. A dimensão do canteiro é muito variável. Assim, o agricultor molha as plantas regularmente e limpa a parcela até chegar à maturidade. Uma vez chegada à maturidade, o agricultor faz a colheita para vender os produtos.

⁶ Espaço desenvolvido pelo agricultor para cultivar hortas e outros tipos de plantas.

Figura 5 – Fotografia do canteiro de alface (*Lactuca Sativa*)



Fonte: Autor, julho 2019.

6.4 Estratégias de comercialização:

Após a colheita, os agricultores vendem os produtos de suas parcelas não somente para sustentar suas atividades, mas também para responder às suas necessidades. Para a venda de seus produtos, os agricultores utilizam muitas estratégias, quer seja na produção das hortas, nas plantas ornamentais e medicinais, quer seja na criação de galinhas. O quadro 9 seguinte apresenta as diferentes estratégias utilizadas em cada uma das produções.

Quadro 8 – Estratégias de comercialização

Hortas	Plantas ornamentais e medicinais	Criação de galinha
Feira de Ver-o- Peso	Feira de Marituba	Determinada pela cooperativa
Venda na própria residência	Venda na própria residência	
Feira de Marituba		
Prefeitura de Marituba		

Fonte: Autor, julho 2019.

Referindo-se ao quadro 9, podemos dizer que aqueles que cultivam hortas colhem cerca de 300 marços por semana e esses produtos são vendidos, na maior parte, no mercado de Ver -o- Peso, em Belém, com atacadistas, e às vezes no central de abastecimento de Marituba, na prefeitura de Marituba e, raramente, na sua própria residência, segundo os agricultores entrevistados. Os agricultores utilizaram estas estratégias para vender melhor os produtos e garantir a sustentabilidade desta atividade não apenas para o consumo próprio, mas também para a economia familiar, que faz parte de um processo amplo de desenvolvimento local. A produção de hortas é pouco diversificada. Entre os quatro circuitos utilizados pelos agricultores, de acordo com suas próprias informações, o da prefeitura é mais lucrativo, mesmo que não seja regular. Neste último caso, é a prefeitura que faz o pedido de acordo com suas necessidades. A tabela 9 seguinte apresenta o preço do maço no mercado de Ver-o-Peso, na feira de Marituba e na sua própria residência.

Tabela 9 – Preço do maço dos produtos

No	Produtos	Unidade de medida	Preço do maço	Produção/Mês	Venda/Mês
1	Alface	Maço	R \$ 1,5	72	R \$ 108
2	Couve	Maço	R \$ 1,5	50	R \$ 75
3	Cebolinha	Maço	R \$ 1,5	50	R \$ 75
4	Cheiro verde	Maço	R \$ 1,5	60	R \$ 90
5	Jambu	Maço	R \$ 1,5	120	R \$ 180
6	Cariru	Maço	R \$ 1,5	70	R \$ 105
7	Cebola	Unitário	R \$ 1	15	R \$ 15
8	Alfacava	Maço	R \$ 1,5	20	R \$ 30
9	Chicória	Maço	R \$ 1,5	20	R \$ 30
Total					R \$ 708

Fonte: Autor, julho 2019.

Observando a tabela 9, constatamos que os agricultores cultivam mais o jambu em razão de sua demanda. Por outro lado, cultivam menos alfavaca, cebola e chicória em razão das dificuldades na produção. Assim, os agricultores têm uma renda média de R\$ 708 reais por mês. Eles poderiam ter uma renda melhor, mas pela falta de acompanhamento técnico eles não conseguem aumentar sua renda. Essa renda média está relacionada diretamente com os três locais de venda (Feira de Ver-o-Peso, Venda na própria residência, Feira de Marituba) dos quatro circuitos utilizados pelos agricultores. De acordo com os entrevistadores, a Prefeitura de Marituba é o canal que compra melhores produtos, mas não é frequente. A tabela 10 apresenta o preço dos produtos vendidos à Prefeitura.

Tabela 10 – Preço dos produtos vendidos à Prefeitura

Nº	Produtos	Preço do Kg
1	Alface	R\$ 14
2	Couve	R\$ 17
3	Cebolinha	R\$ 13

4	Cheiro verde	R\$ 15
5	Jambu	R\$ 12

Fonte: Autor, julho 2019.

Referindo-se à tabela 10, observamos que a comercialização dos produtos vendidos à Prefeitura (figura 6: produtos destinados a venda) se faz em quilograma, que é diferente dos três outros circuitos que se fazem em maço. A exigência é feita pela prefeitura que compra os produtos, a qual fornece aos agricultores balanças (figura 4) que lhes permitem pesar seus produtos antes da entrega. Constatamos também que o preço do quilograma dos produtos comercializados no circuito da prefeitura de Marituba é entre oito (8) e onze (11) vezes que os dos três outros circuitos, mesmo que os outros sejam em maço (figura 6). Sem fazer uma comparação entre o circuito da prefeitura de Marituba e os três outros, ou seja, esse dado demonstra apenas que esse novo circuito é mais rentável que os outros, mesmo não sendo frequente.

Figura 6 – Produtos destinados a venda

Fonte: Autor, julho 2019.

O cultivo das hortas é importante no bairro Uriboça do município de Marituba do Pará. Apesar da falta de acompanhamento técnico, os agricultores lutam para produzir alimentos não somente para autoconsumo, mas também para a comercialização. Corroborando com Arruda (2006), as hortas urbanas e periurbanas assumem importância crucial para as comunidades às quais estão inseridas, com a utilização racional de espaços ociosos, fortalecendo o desenvolvimento e cultura locais, contribuindo para a segurança alimentar e para a melhoria no aspecto socioeconômico das famílias envolvidas (ARRUDA, 2006). A prática destacada pelo autor apresenta uma certa semelhança com as hortaliças cultivadas no bairro de Uriboça no município de Marituba, que são parcelas individuais.

No caso das plantas ornamentais, como observamos no quadro 6 (fotos 06 e 07), os agricultores utilizam dois canais para vender os produtos. Segundo as duas (2) pessoas entrevistadas que trabalham nessa atividade, a venda desses produtos se realiza de duas maneiras: o comprador vem para casa e faz a compra ou quando tem feiras, as agricultoras são convidadas a oferecer as plantas ornamentais aos compradores. As plantas medicinais (Quadro 5, foto 05), por sua vez, são vendidas no mercado de Ver-o-Peso, em Belém, ou no mercado de Marituba, e podem gerar R\$ 250,00 por mês, segundo as informações dos entrevistadores. Por outro lado, as pessoas que cultivam as plantas ornamentais não têm uma renda mensal, mas quando Participam de várias feiras em um mês eles podem gerar até R\$-1.500,00. Seria uma ótima fonte de renda se os agricultores tivessem assistências técnicas necessárias.

No caso da criação de animais domésticos, destaca-se a produção de galinhas, que segundo o galinheiro, a única pessoa entrevistada nesta área, possui contrato com uma cooperativa para fornecer *inputs*, e quando as galinhas chegam à maturidade, a cooperativa vem buscá-las e vendê-las, no retorno das vendas, a empresa paga o proprietário, calculando a diferença do custo de produção. No momento da visita, o galinheiro explicou que a produção é muito rentável, em que se cria até 4.500 galinhas, gerando uma renda entre R\$ 5.000,00 – e R\$ 8.000 reais após cada período de venda⁷. Dependendo do momento o galinheiro produz de acordo com a demanda e também com a cooperativa que lhe fornece os *inputs*.

Percebeu-se que ele não só vende galinhas, como também vende adubo, que é o material de cama que ele usou no galinheiro, um excelente adubo orgânico usado na agricultura. Após, ele vende estes adubos a quem cultiva hortas para a fertilização das suas parcelas agrícolas. Assim

⁷ Cada ano há 3 ou 4 períodos de venda.

sendo, os adubos desempenham um papel importante no desenvolvimento das hortas e contribuem muito na renda dos agricultores. Neste caso, podemos dizer que as hortas e a criação de galinhas são dois lados de uma mesma moeda, a da agricultura. É preciso salientar também que, todos os agricultores estão na atividade há mais de quinze (15) anos, e esta atividade contribuiu na segurança alimentar e na economia deles.

Corroborar-se com Machado & Machado (2002) e Garcia (2016) que a atividade da agricultura urbana permite disponibilizar e aproveitar espaços domésticos e públicos para a produção de alimentos, plantas medicinais, ornamentais e criação de pequenos animais. As hortas têm benefícios inestimáveis nas práticas alimentares e gerar transformações importantes (MACHADO & MACHADO, 2002; GARCIA, 2016). Para Mougeot (2000), a agricultura urbana, na prática, está desenvolvendo sua capacidade de ajudar a resolver ou enfrentar diversos desafios do desenvolvimento. O autor enfatiza que agricultura urbana é estimulada por uma complexa rede de fatores ainda não muito claramente entendidos, entre os quais a pobreza urbana e a insegurança alimentar ocupam lugares preponderantes (MOUGEOT, 2000).

Se esses agricultores se reunissem em uma organização ou cooperativa eles poderiam influenciar a oferta dos produtos pela quantidade que eles oferecem em vários pontos de venda, quer seja no município de Marituba ou em outro lugar, criando mais oportunidades naquele setor. O exemplo do produtor de galinha poderia muito bem influenciar os produtores das hortas, os quais são mais numerosos e podem organizar melhor sua atividade que a do produtor de galinha.

De tal modo, certificou-se que a falta de organização social dos horticultores também influencia na comercialização dos produtos se constituindo, pois, há um grande entrave para a sustentação da atividade. Diante das dificuldades de comercialização, é de fundamental importância o fomento ao crédito, a dinamização dos canais de comercialização, a consolidação de algum tipo de organização social entre os produtores que, conjugados com uma produção diversificada e voltada para a demanda do mercado consumidor local, conduzam à independência dos horticultores, mesmo que a longo prazo, em relação à Prefeitura e à melhoria da sua qualidade de vida.

De maneira idêntica à experiência da agricultura urbana e periurbana no bairro Uriboca no município de Marituba encaixa-se a lógica das capitais dos Estados do Brasil como apontam Santandreu e Lovo (2007). Eles explicam as experiências da AUP onde se observou que 75% localizam-se nas capitais das Regiões Metropolitanas. A publicação do documento “Panorama da

Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras”, lembram que as 11 Regiões Metropolitanas⁸ pesquisadas desenvolvem uma intensa e muito variada atividade de AUP (SANTANDREU & LOVO, 2007). Assim, em Belém, capital do Estado do Pará, segundo Madaleno (2002), há promoção de atividades da agricultura urbana. Além disso, o poder local e o poder central incentivam a realização da agricultura em cidades com elevados índices de pobreza, sendo importante registrar também uma atitude crescentemente positiva por parte de empresas públicas e algumas privadas na aceitação desta atividade e até na concessão de incentivos ao desenvolvimento da horticultura urbana (MADALENO, 2002). O quadro 10 expressa alguns interessantes exemplos em Belém, que faz parte da mesma Região Metropolitana onde o município de Marituba se localiza.

Quadro 9 – Organizações governamentais e empresas apostadas na promoção da agricultura urbana em Belém do Pará

Organização	Plano de atuação
Governo Local - Prefeitura	O Programa cinturão verde, promove a criação de patos na ilha de Cotijuba e a horticultura e fruticultura na periferia de Belém (Ilhas de Mosqueiro e Caratateua).
Governo estadual -Estado do Pará	O governo do Pará também estimula a avicultura urbana, através da Secretaria da Agricultura - SAGRI.
Petrobrás	Empresa terra sita na sua propriedade para hortas escolares e comunitárias (bairro de Tapanã).

Fonte: Adaptado de MADALENO, 2002.

Referindo-se ao quadro 10, observa-se uma forte promoção da AUP através de diversos espaços em Belém, o que equivale a dizer que a AUP está presente em quase todos os lugares da Região Metropolitana de Belém. Além disso, as instituições estatais estão muito envolvidas nessa atividade, considerando-a como uma alternativa viável para a cidade.

No processo produtivo, os agricultores enfrentam muitas dificuldades, de várias ordens, como: ambientais, políticas, técnicas e econômicas. No quadro 11 apresentamos as dificuldades enfrentadas pelos agricultores na sua produção.

⁸ As Regiões Metropolitanas pesquisadas são: Belo horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Goiania (GO), Belem (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) Salvador (BA).

Quadro 10 – Dificuldades enfrentadas:

Dificuldades Ambientais
Clima, limitação de espaço para cultivo
Dificuldades Sociais
Falta de tempo organização e compromisso dos participantes, falta de assistência técnica, Mão de obra qualificada, acesso à insumos, inconstância ou “morte” dos projetos, rega na época de seca, dificuldade de aceitar mudanças, local efetivo para guardar insumos e ferramentas.
Dificuldades Políticas
Falta de políticas públicas específicas em AU, falta de apoio governamental e institucional, crescimento demográfico, falta de compromisso com os parceiros, burocracia para liberação de recursos.
Dificuldades Técnicas
Falta de assistência técnica no setor, controle de pragas e doenças, limitados conhecimentos sobre compostagem e manejo do solo, capacitação de mão de obra.
Dificuldades Econômicas
Comercialização dos produtos, falta de capital e financiamentos, custo elevado dos insumos, custo elevado de materiais para manejo e proteção, gastos com capacitação, apoio do Governo, ramais de acesso

Fonte: Autor, julho de 2019

Referindo-se ao quadro 11, os agricultores não têm acompanhamento técnico para enfrentar os desafios na produção agrícola. O alto preço de insumos diminui a renda dos agricultores adicionando outros problemas encontrados nas parcelas agrícolas, como lagarta (*Lasiocampa trifolii*), um inseto que devasta as plantas. Segundo os agricultores, eles gastam muito pelos insumos porque eles não encontram ajuda nas instituições públicas que evoluem no setor.

Constatou-se que eles não possuem dificuldades na criação de animais (galinhas) porque porque a cooperative se ocupa de tudo no que é relativo à criação das galinhas. As duas pessoas que evoluem nas plantas ornamentais e medicinais explicaram as dificuldades que elas têm para vender seus produtos em razão do desconhecimento dos habitantes sobre a importância das plantas ornamentais e medicinais. Elas destacam a falta de iniciativas no município para incentivar essa atividade, e também a falta de espaço para crescer com suas atividades. Desse modo, é necessário melhorar as práticas da agricultura urbana para os objetivos apresentados, para esses poderem ser concretizados e uma população ser beneficiada, e que sejam amplamente divulgados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Nesse sentido, considera-se que a pesquisa sobre a contribuição da agricultura urbana e periurbana no desenvolvimento local, objeto desta dissertação, obedeceu a um percurso bibliográfico e metodológico capaz de alcançar os objetivos propostos. Nesta sequência, após ter discutido os resultados da pesquisa é evidente que o objetivo foi atingido conforme a metodologia utilizada. Confirmando também as duas hipóteses as quais ressaltam que a prática da AU melhora a situação socioeconômica dos agricultores e também desempenha um papel importante no desenvolvimento local do bairro Uriboca em Marituba - PA.

Conclui-se, na discussão teórica, que os conceitos Território, Territorialidade e Poder são relacionados à geografia e respeitam a espacialidade humana, presentes também nas outras áreas de conhecimentos, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Acredita-se que o território, categoria de análise da geografia, deu ao espaço o valor de produção e reprodução que nele pode ser gerado, graças à sociedade, que é seu pilar fundamental. Nesse sentido, ele é o resultado das ações de homens em sociedade. Assim, consideramos o território como delimitado, construído e desconstruído. Mas também é o espaço o qual o Estado exerce sua soberania. Territorialidade resume-se à trilogia Sociedade – Espaço – Tempo. As três dimensões interdependentes da territorialidade descrevem as relações quotidianas dos homens entre eles sobre o território. Bem como o poder, o qual visa o controle e a dominação variável de energia e informação. Além disso, o poder é movimento, e ação que se realiza sobre outra ação, e um componente social que está vivo realizando-se a todo instante em espaço especial. O poder, em sua essência, é sobretudo a mudança e ajuda a promover atividades que possam alcançar uma mudança efetiva, adotando estratégias eficazes em todas as escalas.

Igualmente, a análise das reflexões sobre os dois circuitos de economia urbana permite afirmar que, tanto o circuito inferior, como o circuito superior não se articulam da mesma forma, pois estão em oposição e suas características são diferentes. Se o primeiro obtém seus suprimentos da cidade e de suas regiões periféricas; o segundo se abastece longe da cidade e de suas regiões periféricas. Os dois circuitos se completam enquanto permanecem diferentes um do outro. Além disso, o circuito superior é o resultado direto da modernização tecnológica. O outro é igualmente o resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que

só se beneficiam parcialmente ou não dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligados.

Adicionalmente, a agricultura urbana apresenta benefícios sociopolíticos, socioeconômicos e socioambientais. É evidente que ela contribui no fortalecimento de ascensão social, na segurança alimentar e promove comportamentos favoráveis ao ambiente. Identificamos também diferentes aspectos desta agricultura e os efeitos sobre o ambiente, bem como a percepção dos agricultores sobre esta agricultura.

Do mesmo modo, os resultados dos dados pesquisados permitem concluir que os agricultores são, em sua maioria, pessoas com baixa nível de escolaridade e que a agricultura é sua principal atividade. Eles possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, mas garantem o sustento de suas famílias por meio da AU. No processo de produção, os agricultores cultivam hortas, plantas ornamentais e medicinais, e produção de galinhas. A prática da agricultura é diária, o cotidiano deles começa às 8:00 horas até 12:00 horas, e, depois voltam às 15:00 horas até 18:00 horas, exceto em dias de mercado ou quando possuem outras atividades familiares importantes. Além disso, esta agricultura tem uma grande participação feminina (70%) e utiliza geralmente mão de obra familiar nas atividades agrícolas.

Em síntese, no caso da horta e plantas medicinais, os agricultores utilizam muitas estratégias na comercialização, que é um processo tão importante quanto o processo de produção, para vender os produtos em própria sua casa, no mercado de Ver-o-Peso em Belém, na Prefeitura de Marituba e no mercado de Marituba. Observou-se que nos quatro canais de comercialização da horta o da Prefeitura de Marituba é mais rentável, mas não regular. No caso das plantas ornamentais, eles vendem nas feiras e na sua casa própria. Por fim, na criação de galinhas, o galinheiro utiliza apenas o canal da cooperativa que comercializa as galinhas da mesma forma que fornece insumos.

Apesar dos benefícios da agricultura urbana e periurbana apresentados ao longo dessa pesquisa, no processo produtivo, os agricultores enfrentam muitas dificuldades de várias ordens, como: ambientais, políticas, técnicas e econômicas.

A metodologia utilizada em nossa pesquisa foi limitada porque ela não leva em consideração as atividades dos agricultores ao longo do ano, isso nos permitiria entender melhor todos processos da produção da preparação do solo à comercialização, passando para todas as etapas intermediárias. Apesar disso, os trabalhos de campo nos levam a fazer as seguintes

recomendações: considerando diferentes canais de comercialização utilizados para os agricultores e o lucro que essa atividade gera, deveriam organizar-se em associação ou cooperativa (aqueles da horta, plantas ornamentais e medicinais) para influenciar mais a oferta de produtos a fim de conquistar outros mercados e canais de comercialização para obtenção de mais lucro. Além disso, os responsáveis deveriam desenvolver políticas públicas que incentivassem essa atividade a gerar mais lucros para o bem-estar dos moradores. Para que esta agricultura participasse totalmente no desenvolvimento local do bairro Uriboça, município de Marituba, eles deveriam melhorar essa atividade a fim de gerar mais renda. Para chegar nisso, o governo deveria ajudar na aquisição de insumos, assistência técnica, estar mais presente com os projetos para o município, linha de crédito, buscar parceira com o Estado para melhorar o setor e acompanhamento técnico.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. A. Formação do capital social para o desenvolvimento sustentável. Trabalho apresentado no **II Fórum Contag de Cooperação Técnica**. São Luiz, 1998

ACKERMAN, K. **The potential for urban agriculture in New York City: Growing capacity, food security, and green infrastructure**. New York: Urban Design Lab at the Earth Institute/ Columbia University, 2012

ADES - Agência de Desenvolvimento Econômico Social de Marituba. Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do município de Matuba. Marituba, 2005.

ALMEIDA, D. **Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável**. *Agriculturas – experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, pp. 25-28, 2004

ALTIERI, M. A et al. "The greening of the 'barrios': Urban agriculture for food security in Cuba." **Agriculture and Human Values**, n. 16, p.131–140, 1999.

ALVAREZ, W. de P. Geografia e violência nos aglomerados de execução na cidade de Marituba de 2011 a 2013. Dissertação de mestrado. 136f. Universidade Federal do Pará- UFPA, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, Programa Pós Graduação em Geografia- PPGeo, Belém-PA, 2015.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. In: *Revista Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. X, n° 1. p. 143, jan/jun. 2007.

ARENHARDT, M. M.; CASTILHO, M. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 10, n. 2, p. 159-69, jul./dez. 2009.

ARRUDA, J. Agricultura urbana e periurbana em Campinas / SP: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas. 2006. 126f. Dissertação (mestrado em engenharia agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual De Campinas- UNICAMP, Campinas / SP, 2006.

_____. Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. 197p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

ARÚJO, G. R. F. De. Migração, territorialização e pesca em Augusto Correa - PA (1990-2010). Dissertação de Mestrado. 158 f. Universidade Federal do Pará- UFPA / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH / Programa Pós Graduação em Geografia - PPGeo. Belém, 2012.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional e desenvolvimento local. **Interações, Campo Grande**, v .1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

BAUDRY, S. Cultiver son jardin, s'inscrire dans la ville : Approche anthropologique des *community gardens* de New York City. 2010. 393p. Thèse (doctorat d'études anglophones) - ÉCOLE DOCTORALE : Langue, Littérature, Image, civilisations et sciences humaines (domaines francophone, anglophone et d'Asie orientale), Université Paris VII, Paris, 2010.

BAUDRY, S.; SCAPINO J.; REMY E. **Public space tested by collective gardens in New York and Paris**. Géocarrefour, 89/1-2, pp. 41-51, 2014.

BORGES, K. A. D. **A experiência da agricultura urbana na RMBH: desenvolvimento e empoderamento local**. Belo Horizonte, 2013. 205f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2013.

BOUKHARAEVA et al. Agricultura urbana como componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasília, França, Rússia. **Caderno de ciência & tecnologia**. Brasília, V.22, n.2, 418, maio- Agosto 2005.

BOULIANNE, M. ; OLIVIER-D'AVIGNON, G. ; GALARNEAU V. Les retombées sociales du jardinage communautaire et collectif dans la conurbation de Québec. *Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement* [En ligne], Volume 10 numéro 2 | septembre 2010, mis en ligne le 13 septembre 2010, consulté le 18 septembre 2019. URL : <http://journals.openedition.org/vertigo/9930> ; DOI : 10.4000/vertigo.9930

BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP- Espaço e Tempo, São Paulo, no 22**, pp. 65-72, 2007.

CANDIOTTO, Z. L. P. ; SANTOS, R. A. Dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Cardoso, I. De S. et al. **Marituba ontem, hoje e amanhã. 4e – série Ed. Umari: Marituba, 2005**.

CARDOSO, J.; CORRÊA, F. De S. **Marituba nossa terra, nossa gente. Marituba, 2000**.

COSTA, E. S.; SOUSA, H. M.; PINTO, S. Da S. **Marituba conta a sua história ontem, hoje e o futuro da nossa terra. 1. Ed.- Belém – PA: Cultural Brasil, 2016**.

COUTINHO, M. N. Agricultura urbana: praticas populares e sua inserção em políticas públicas. 2010. 202f. Dissertação (mestrado em geografia) - Instituto de Geociencias / Programa de Pós Graduação em Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2010.

COUITSINAS, G. A propos des deux circuits de l'économie urbaine : un exemple Algerien. **Revue Tiers Monde**, t. XVI, no 64 octobre - décembre 1975.

- DEMATTEIS, G. Sistema local territorial: um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIONOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-44.
- DEPONTI, C. M. et. Al. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural e Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 4, out/dez 2002.
- DUBBELING, M. "A agricultura urbana como estratégia de redução de riscos e desastres diante das mudanças climáticas." In: **Revista de Agricultura Urbana**, n. 27, p. 2-12, 2014.
- DUMAT C.; XIONG T.; SHAHID M. **Sustainable urban agriculture: opportunity for ecological transition**. European University Presses, Saarbrücken, 2016.
- FAO (*Food and Agriculture Organization*). Agricultura urbana e periurbana. Departamento da agricultura e da proteção dos consumos. Roma, 1999.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Robert Machado. Rio de Janeiro: Edição: Graal, 1979.
- FRANCO A. de. **Porque precisamos o desinvolvimento integrado e sustentável**. 2. ed. Brasília: instituto de política / millenium, 2000.
- GARCIA, M. T. Hortas urbanas e a construção de ambiente promotores da alimentação adequada e saúde pública. 110f. Faculdade de Saúde Pública /Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- GOMES, J. F. B. A multifuncionalidade da agricultura urbana e a sua integração no ecossistema urbano da ilha de São Luís. 161 f. Dissertação de mestrado. programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016
- GOTTMAN, J. The territory is an evolving concept. In: GOTTMAN, J. **The invincible. A refutation of the negative urban planning**. Milano: Angeli, 1983 [1975]).
- GRANHEN, G. **A verdadeira história de Marituba. Marituba, 2002.**
- GREENE, J.C. **Mixed methods in social inquiry**. San Francisco: Jossey-Bass, 2007.
- GUMBO, DJ; NDIRIPO, TW. Open space cultivation in Zimbábue: case study of Greater Harare, Zimbábue. *African Urban Quaterly* 11 (2-3): 210-216, 1996.
- HAESBAERT, R. C. Da territorialidade à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina . P. 6774 - 6792**. Universidadede São Paulo 20-26 de março 2005.

_____. **O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: da "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 5ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02). Rio de Janeiro, 2002. Consultado em 5 de fevereiro de 2019.

_____. Agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe: uma realidade. Roma, 2007

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2010

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2014.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Censo demográfico: resultados preliminares. Rio de Janeiro 2018

_____. *Essential documents, statistics, maps and multimedia resources.* Roma, 2008.

_____. Growing greener cities in Latin America and the Caribbean. An FAO report on urban and peri-urban agriculture in the region. ed. FAO Newsroom, 2014

_____. PIB dos Municípios - base de dados 2010-2015». Consultado em 5 de fevereiro de 2019.

_____. Trabalho e rendimento. Rio de Janeiro, 2016. Consultado em 5 de fevereiro de 2019.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT. "Cities and Climate Change: An Urgent Agenda". In Urban Development Series - Knowledge Papers 10 (Washington DC: World Bank, 2010).

IPEA - Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. Caracterização e quadros de Análise comparativa da governança Metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a definition of mixed methods research. **Journal of Mixed Methods Research**, 2007.

KHONSARI, M.; MOGHTADER, M. R.; YAVARI M. **The Persian Garden: Echoes of Paradise.** Mage Publishers, 1998.

KLEIN, J.-L. **From local initiative to territorial development: a synthetic perspective.** In Simard, M. et al. (Dir.) « Inequality, democracy and development ». Rimouski, GRIDEQ, p. 143-164, 2006.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** UK/USA: Blackwell, 1991 [1974].

LEPPER, L. Agricultura Urbana: uma estratégia de segurança alimentar e nutricional sustentável em Santa Cruz do Sul/RS. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, DF: Editora UnB, 2002.

LOCK, K. ; ZEEUW, H. "Santé et environnement de l'Agriculture urbaine et périurbaine". In : LA PLACE DE L'AGRICULTURE URBAINE DANS L'ELABORATION DES POLITIQUES, 21 août au 30 septembre 2000, S/L. FAO et ETC-RUAF, 2010.

MACHADO, T; MACHADO, C. T. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: EMBRAPA Cerrados, 2002.

MADALENO, I. M. **A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MARQUES, H. R. et al. Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas. **Campo Grande : UCDB**, 2001.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**. Campo Grande, v. 03, n. 05, p. 51-59, set. 2002.

MAXWELL, D; ARMAR-KLEMESU M. **Urban agriculture: introduction and review of literature**. Accra: Noguchi Memorial Institute for Medical Research, 1998.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Informações sobre agricultura urbana. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/informacoes-sobre-agricultura-urbana-estao-disponiveis-noportal-mds>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MELO L. P. Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá-AP. 7º Congresso Luso Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável contrastes, contradições e complexidades. Maceló- Brasil, 05 a 07 de outubro de 2016.

MENDES, L. S. Agricultura urbana e periurbana com fonte de renda através do autoconsumo. 2016. 62f. Graduação (Trabalho de conclusão do curso - Monografia) - Centro Socioeconomico - Departamento de Economia e Relações Internacionais - Curso de Ciências Econômicas ao curso de ciencias economicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MOKHOI-FEI et al. Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 34, n.1, p. 21–43, 2014.

MONTEIRO, A. V. V. M. Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas. Informações Econômicas. SP. v. 32, n. 6. 2002. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br / sitio / textos / ana % 20victoria % 20sobre % 20AU.htm>. Acesso: 01/02/2019.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. Quintais na Cidade: a experiência de moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro. *Agriculturas – experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 29-31, 2004.

MONTEIRO, P. Do R.; MONTEIRO, M. do S. L. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura e perspectiva de desenvolvimento local. *Revista Iberoamericana de economia ecológica* vol. 5: 47-60, 2006.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Annablume, 2014.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Seduc; Conselho Estadual de Cultura; Cejup, 1989. v. 1.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana – conceito e definição. In *Revista Agricultura Urbana* nº 01. Julho - 2000. Disponível em http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU_revista.htm

_____. **Agropoplis: the social, political, and environmental dimensions of urban agriculture**. Canada: Earthscan & IDRC, 2005.

_____. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: Bakker et al. (eds.). **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**, p. 1-42, 2000.

OLIVEIRA, A. G.; SILVA C. L.; LAVATO E. L. Desenvolvimento local: conceitos e metodologias - políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. *Revista Orbis Latina*, vol.4, nº1, janeiro-dezembro de 2014.

PIRES, V. C. Agricultura urbana como fator de desenvolvimento sustentável: um estudo na Região Metropolitana de Maringá. *Revista pesquisa & Debate*. São Paulo. Vol.27. Número 2 (50). Dez 2016.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia de poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, S. F.; OLIVEIRA, C.J.F.J.; GABANYI S. **Agricultura em São Paulo: a importância do engajamento popular para transformacao social e ambiental**. Vitae civilis / IEA/SEMA São Paulo, S/D.

RAYNAUT C. A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. In: CAVALCANI, J. S. B; WANDERLEY, M. De N. B.; NIEDERLE, P. A. (orgs). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: UFPA, 2014.

RUAF. Beijing (China). URL: <http://www.ruaf.org/node/495>. 2010. (page consultée le 16 mai 2013)

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras.** Belo Horizonte. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ FAO. 2007.

SANTOS, A. P. De P.; GAVRILOFF, A. C. M.; FRAGA, N. C. Entre a teoria e a realidade: O conceito de território e territorialidade e sua aplicação no planejamento urbano- uma breve análise de aproximação. **Revista geografafar: Cuitiba, V.7, n.2**, p.69-84, dez/2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo e Emoção.** 4 ed. 9. Reimp.- São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2017.

_____. **O espaço do cidadão.**- 7. Ed., 2. Reimpr.- São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Espaço dividido: os circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Ed^{USP}, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início de século XXI.** 16ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do território.** 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SAQUET, M. A ; SILVA, S. S. Milton Santos: concepção de geografia, espaço e território. **Geo UERJ. Ano 10, v.2, n.18**, 2 semestre de 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **CADERNO CRH**, Salvador, v.22,n.55, P 65-76, jan/ abr. 2009.

SMIT, J. Agricultura Urbana y Biodiversidad. **Revista Agricultura urbana**, Quito, n. 1, p. 11-12, 2001.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTA A. urban cities that feed themselves. In: _____. **Urban agriculture food, jobs and sustainable.** The urban agriculture network, Inc, 2001.

SMITH, O.B., MOUSTIER, P., MOUGEOT, L.J.A. et FALL, A. Développement durable de l'agriculture urbaine en Afrique francophone. Enjeux, concepts et méthodes. Paris, Ottawa, CIRAD, CRDI. (2004).

SOBOCINSKI, A. Le boom de l'agriculture urbaine. **CNRS Le journal**, Montréal, 2015.

SOUSA, F. H. F. De. **O DIREITO À CIDADE:** meio ambiente urbano e qualidade de vida para os povos ribeirinhos do Baixo Amazonas no Estado do Pará. Belém: Paka-tatu, 2010.

SOUZA, J. L. De. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. De; GOMES; P. C. Da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. de. “Território” da divergência: em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo : Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SPÓSITO, E. S. a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos; seu esquecimento ou sua superação? In: "O mundo de cidadão – um cidadão do mundo". Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

STÜRMER, A. B.; COSTA, B. P. Da. Território: aproximações a um conceito - chave na geografia. **Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.3, p. 50-60**

TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto amazônia brasileira. **Antopolítica: Niterói, n.29.p. 153-179.2. sem. 2010.**

TENÓRIO F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijui, 2007.-632p.

TIVELLI, S. W. Agricultura urbana e periurbana: qual o modelo que queremos e que podemos? **Pesquisa & tecnologia**, vol.,8,n.2, jul-dez, 2011.

TRINDADE, G. O. Da. A cidade & a soja: Impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santalém - Pará. Dissertação de mestrado. 127f. Universidade Federal do Pará- Nucleo de Altos Estudos da Amazonicos – Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umido, Belém 2015.

UNO (*United Nations Organization*). World Urbanization Prospects. New York, 2014.

_____. World Urbanization Prospects. New York, 2015.

VACHON B.; COALLIER F. **Local development: theory and practice. Reintroducing humans into the logic of development**. Boucherville : Gaëtan Morin, 1993.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias. Editora autores associados, 2ª edição, 2001.**

VON DER WEID, J. M. Agroecologia: condição para a segurança alimentar. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-7, 2004.

WRIGHT K. R.; VALENCIA A.; LORAH W. L. **Antiga Engenharia de Drenagem de Machu Picchu**. WaterHistory.org., 2016.

ZAAR, M. H. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território – Natal**. Vol. 27, N. 3, p. 26 – 44. Jul/Dez, 2015.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
Nome do (a) entrevistado (a): _____	
Nome da empresa (fantasia): _____ CNPJ/DAP: _____	
Endereço: _____ Bairro: _____	
Telefone: _____	
1. O (A) Sr. (a) possui DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)?	
1. <input type="checkbox"/> Sim	2. <input type="checkbox"/> Não
PERFIL DO EMPREENDEDOR (PRODUTOR)	
1. Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
1. Faixa etária:	
1. <input type="checkbox"/> Menos 30 anos	2. <input type="checkbox"/> 30 a 39 anos
4. <input type="checkbox"/> 50 anos e mais	3. <input type="checkbox"/> 40 a 49 anos
2. Nível de escolaridade:	
1. <input type="checkbox"/> Primário	2 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental
<input type="checkbox"/> nenhum nível	<input type="checkbox"/> Ensino médio
	Profissional <input type="checkbox"/>
	Universitário
3. Estado civil?	
<input type="checkbox"/> Solteiro (a)	<input type="checkbox"/> Casado
<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> Separado (a)
	Divorciado
<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (a)
4. Qual é sua profissão além da agricultor?	
<input type="checkbox"/> Negócio	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> funcionário (a) público
<input type="checkbox"/> estudante	<input type="checkbox"/> Comerciante <input type="checkbox"/> outras atividades
5. Situação do estabelecimento	
<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Arrendatário
	<input type="checkbox"/> Outros
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
RESULTADOS PADRONIZADOS	

1. Produção e Comercialização				
Nº	Item (produtos)	Unidade de medida	Produção/Mês	Venda/Mês
1	Alface			
2	Couve			
3	Salsa			
4	Cebola			
5	Cebolinha			
6	cheiro verde			
7	Jambu			
8	Cariru			

2. Quais os principais canais de comercialização? (Supermercado, lanchonete, restaurante, residência, feira, etc.)
 2.1 1. () Sim 2. () Não
 2.2 Se sim, **quais os canais?** () Feiras em geral; () PAA Rural; () Comércio; () Residências; () Supermercados; () Atravessador; () Frutarias; () Restaurantes; () Lanchonetes; () outros canais _____

3. O (A) Sr. (a) adota (ou) o programa de boas práticas agrícolas? (Pós-colheita, manipulação correta de agrotóxico, iniciativa de utilizar defensivos agroecológicos/alternativos, etc.)

1. () Sim

2. () Não

3.1. Se sim, quais medidas já adotou?

() Adubo Orgânico; () Adubação do Solo; () Defensivos Agrícolas; () Defensivos Alternativos; () Pós Colheita; () Cuidado na colheita; () Correção do Solo; () Defensivos Agroecológicos; () outras medidas adotadas _____

SATISFAÇÃO

4. O (A) Sr. (a) ficou satisfeito com algum projeto de Política Pública de apoio à Horticultura?

1. () Sim

2. () Não

4.1. Se não, qual o principal motivo? () Deve acompanhar nas propriedades; () Deve estar mais presente; () Perdeu muito produto; () Pouco incentivo; () Pouco produtor nas feiras; () Problema com a irrigação perdeu muita produção; () Outros motivos: _____

VISÃO ESTRATÉGICA

5. Qual a maior vantagem de atuar na atividade de horticultura em Marituba?

() Produz Rápido; () Aceitação do produto; () Complemento de renda; () Boas vendas; () Facilidade de produção e venda; () Lucro; () Ter o próprio negócio; () Crescimento no mercado; () Comercialização garantida; () Trabalha com o que gosta; () Única alternativa de quem mora no campo; () Liberdade financeira; () Utiliza técnicas com menos gastos; () outras vantagens _____

6. Qual o maior problema que dificulta o desenvolvimento da atividade de horticultura em Marituba?
() Insumos; () Falta de assistência técnica no campo; () Falta de investimentos no setor; () Maquinário; () Ramais de acesso; () Apoio do governo; () Escoamento da produção; () Muitas Pragas; () Disponibilização das terras; () Linhas de Crédito; () Liberação de novas áreas; () Clima; () Investimento em irrigação; () Falta de políticas públicas para o setor; () Apoio aos agricultores; () Custo para produzir; () A terra não é fértil; () Canal de comercialização; () Mão de obra; () Diminuição de vendas; () Documentação das terras Total; () Poucos projetos para o setor; () outros problemas. _____

7. Em sua opinião o que governo poderia fazer para melhorar sua atividade?
() Ajudar na aquisição de insumos; () Apoio da prefeitura; () Assistência Técnica; () Buscar parceria com o Estado para melhorar o setor; () Conseguir uma estufa para agricultura; () Continuar com as capacitações; () Linhas de crédito; () Buscar parceiros no setor; () Mais feiras organizadas pelo Sebrae; () Estar mais presente com os projetos para o município; () Maquinário; () Cursos para os mais jovens; () Dar mais apoio ao agricultor; () Embalagem de produto à vácuo; () Liberação das terras junto aos órgãos; () Mais canais de comercialização; () Mais projetos; () Organização social; () Dar mais apoio ao agricultor Embalagem de produto a vácuo; () Parceria para preparo de área e adubo. () Outras melhorias _____

Muito obrigado (a) por sua atenção!

Marituba, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

LEI COMPLEMENTAR NO 14 DE 8 DE JUNHO DE 1973 7: A Região Metropolitana de Belém constitui-se dos municípios de: Belém e Ananindeua. Em seguida, dia 19 DE OUTUBRO DE 1995, a LEI COMPLEMENTAR Nº 027, institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências. A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei Complementar: Art. 1º - Fica criada, consoante o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Belém, constituída pelos Municípios de: I - Belém; II - Ananindeua; III - Marituba; IV - Benevides; V - Santa Bárbara; * Este dispositivo foi vetado pelo Governador do Estado a quando da sanção do projeto de lei. A Assembleia Legislativa derrubou o veto, promulgando a legislação, mantendo, assim, a redação original, incluindo o município de Santa Bárbara na Região Metropolitana de Belém. Promulgação publicada no DOE nº 28.370, de 27/12/96, pág. 2 do 1º Caderno. VI – Santa Izabel do Pará. * Este inciso VI foi introduzido a esta Lei Complementar, através da Lei Complementar nº 072, de 20 de abril de 2010, publicada no DOE Nº 31.656, de 30/04/2010, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará que derrubou o Veto Governamental. VII - (VETADO); VIII - (VETADO); IX - (VETADO).

Art. 2º - A Região Metropolitana de Belém terá um Conselho Metropolitano, constituído da seguinte forma: I - Governador do Estado do Pará, que será seu Presidente; II - Secretário de Estado de Planejamento, que será seu Vice-Presidente; III - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará; IV - Prefeitos dos Municípios integrantes; V - Presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios integrantes.

§ 1º - O Conselho Metropolitano disporá de uma Secretaria Geral, que será administrada por um Secretário Geral, nomeado pelo Governador do Estado.

§ 2º - As despesas decorrentes do funcionamento do Conselho Metropolitano da Região Metropolitana de Belém integrarão o orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento. 145 Art.

3º - As normas regulamentadoras e competências do Conselho Metropolitano da Região Metropolitana de Belém constarão em decreto, que será publicado até 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei. Art.

4º - Fica criado o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém, cuja receita será determinada pelo Conselho de Desenvolvimento, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da presente Lei. Art.

5º - Os Municípios da Região Metropolitana de Belém que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos federais e estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos. Parágrafo único - A unificação da execução dos serviços comuns efetuar-se-á quer pela concessão do serviço da entidade estadual, quer pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante outros processos que, através de convênio, venham a ser estabelecidos.

Art. 6º - O Conselho Metropolitano da Região Metropolitana de Belém disporá de seu regimento interno. Art.

7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 19 de outubro de 1995. ALMIR GABRIEL Governador do Estado CARLOS JEHÁ KAYATH Secretário de Estado de Administração SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral Fonte: DOE 28.116, de 22/12/95.OBS: Republicada por ter saído com numeração incorreta no DOE do dia 20/10/95.

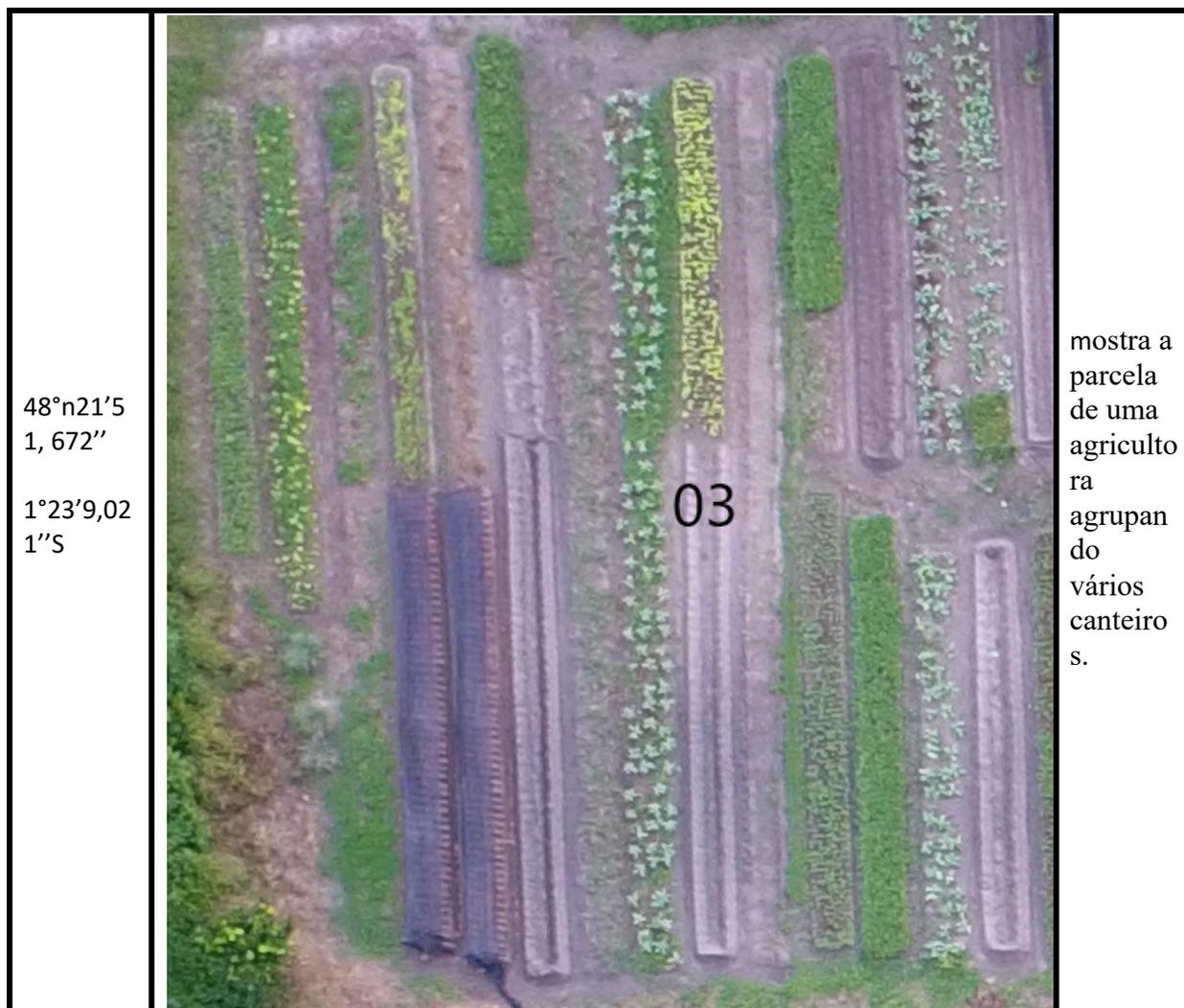
LEI COMPLEMENTAR Nº 072, DE 20 DE ABRIL DE 2010. Altera a Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995. A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e seu Presidente, nos termos do § 7º do art. 108 da Constituição do Estado do Pará promulga a seguinte Lei Complementar: Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995, passa a vigorar com os seguintes incisos: 146 “Art. 1º. I – Belém; II – Ananindeua; III – Marituba; IV – Benevides; V – Santa Bárbara do Pará; e VI – Santa Izabel do Pará”. Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação PALÁCIO CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 20 DE ABRIL DE 2010. DEPUTADO DOMINGOS JUVENIL Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará Fonte: DOE Nº 31.656, de 30/04/2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 076, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011. Altera a Lei Complementar nº 027/95 e dá outras providências. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei Complementar: Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995, passa vigorar com os seguintes incisos: “Art. 1º

..... VII - Castanhal.” Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 28 de dezembro de 2011. SIMÃO JATENE Governador do Estado

Quadro 6: Ilustração e interpretação das parcelas agrícolas, plantas ornamentais e medicinais

Pontos de Coordena das Geográficas	Foto	Descrição
<p>48°20'47, 671''W</p> <p>1° 23'15,135' S</p> <p>48°20'48, 671''W</p> <p>1° 23' 15, 135''S</p>		<p>Agrupamento de parcelas de cinco (5) agricultores produzindo hortas conforme o quadro 6</p>





48°20'48,
671''W
1° 23' 15,
135''S



mostra um
canteiro
de
majericão,
uma
planta
medicinal.

48°21'3,
447''W

1° 23' 12,
417S



Plantas
ornamenta
is



Fonte: Trabalho de campo, Dez. 2019.